

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**DAIANE LUIZA SALES MELO OLIVEIRA**

**DIVERSIDADE SEXUAL E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE GÊNERO NO  
CAMPO: Mulheres e LGBTs nas instâncias organizativas do MST (1984 - 2024)**

São Luís  
2024

**DAIANE LUIZA SALES MELO OLIVEIRA**

**DIVERSIDADE SEXUAL E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE GÊNERO NO  
CAMPO: Mulheres e LGBTs nas instâncias organizativas do MST (1984 - 2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão para  
o grau de licenciatura em História  
Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet  
Bernat

São Luís  
2024

Oliveira, Daiane Luiza Sales Melo.

Diversidade sexual e representações políticas de gênero no campo :  
mulheres e LGBTs nas instâncias organizativas do MST (1984-2024) /  
Daiane Luiza Sales Melo Oliveira.– São Luís, 2024.

81 f. : il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do  
Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat.

1. Coletivo LGBT Sem Terra. 2. Diversidade Sexual no Campo. 3. Setor  
de Gênero do MST. I. Título.

CDU 316.35.023.4:332.2.021.8

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

**DAIANE LUIZA SALES MELO OLIVEIRA**

**DIVERSIDADE SEXUAL E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE GÊNERO  
NO CAMPO: Mulheres e LGBTs nas instâncias organizativas do MST (1984-2024)**

Monografia apresentada junto ao curso  
de História da Universidade Estadual do  
Maranhão – UEMA para obtenção do  
grau de Licenciada em História

Aprovado em: 19/08/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat (Orientador)  
Doutor em História – Universidade Estadual do Maranhão

---

Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira  
Doutora em História – Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof. Dr. Martín Ignacio Torres Rodríguez  
Doutor em Geografia – Pontificia Universidad Católica de Chile

Dedico este trabalho à minha mãe e minhas irmãs mais velhas, as maiores inspirações para eu me tornar a mulher que sou hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe Maria José Sales, minha maior inspiração, que sempre me estimulou a ler, estudar e buscar conhecer o mundo à minha volta. Graças ao seu incentivo, me aproximei da História e tive a oportunidade de me tornar professora, assim como ela. Às minhas irmãs, Laís e Irna, que durante todo o caminho trilhado na Academia nunca deixaram de acreditar em mim e incentivar meus sonhos. Agradeço-as pelo apoio, escuta e acolhimento durante momentos difíceis da minha trajetória. Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, prof. Dr. Isaac Bernat, que desde os meus primeiros períodos no curso me acompanhou nos projetos de iniciação científica e me auxiliou a conduzir esta pesquisa com muita dedicação e paciência. Aos amigos que fiz ao longo do curso, que me ajudaram a concluir a graduação com mais leveza, agradeço pela parceria e companheirismo.

## RESUMO

A pesquisa aborda questões basilares para a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao destacar a atuação de mulheres e LGBTs Sem Terra na luta por participação efetiva na organicidade. Assim, o recorte do trabalho se dá de 1984 até 2024, acompanhando os 40 anos de história do MST simultaneamente ao processo de fortalecimento desses sujeitos sociais nas instâncias de representação, por meio de iniciativas como a Comissão Nacional da Mulher, o Setor Nacional de Gênero e o Coletivo LGBT Sem Terra. Com essa temática em constante diálogo com os debates acadêmicos de gênero e sexualidade, os materiais de formação política da Organização e as entrevistas temáticas de história oral realizadas, buscou-se destacar a trajetória das mulheres e LGBTs no MST até o momento atual. Esse processo de auto-organização camponesa, cujos objetivos centrais são enraizar o debate sobre as questões de gênero, sexualidade e afetividade e combater as diversas formas de discriminação, foi articulado com o projeto de Reforma Agrária Popular, que busca a emancipação dos sujeitos e a construção de novas relações sociais não adoecidas.

**Palavras-chave:** Coletivo LGBT Sem Terra; diversidade sexual no campo; Setor de Gênero do MST.

## ABSTRACT

This research addresses fundamental issues in the history of “Movimento dos Rurais Sem Terra”, highlighting the role of women and LGBTs “Sem Terra” in the fight for effective participation in the organic nature of the Movement. Thus, the work covers the time period from 1984 to 2024, following the 40-year history of the MST simultaneously with the process of strengthening the representation of these individuals, through initiatives such as the Women's National Commission, the National Sector of Gender, and the LGBT “Sem Terra” Organization. Taking this theme to a constant dialogue with the academic debates on gender and sexuality, the movement's materials of political awareness and the Oral History interviews carried out, we sought to highlight the trajectory of women and LGBTs in the MST up to the present moment. This process of self-organization, whose central objectives are to internalize the debate on issues of gender, sexuality and affectivity, while confronting distinct forms of discrimination, was articulated with the project of “Reforma Agrária Popular”, which seeks the emancipation of the individuals and to build new and healthy relations in society.

**Keywords:** LGBT “Sem Terra” Organization; sexual diversity in the rural field; Sector of Gender from the MST.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Registro da entrevista realizada com a militante do MST Flávia Tereza da Silva .....	15
Figura 2 - Detalhe da capa do material de formação “A conspiração dos gêneros” (2021) .....	21
Figura 3 - Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	24
Figura 4 - Página da Mulher da edição nº 75 do Jornal Sem Terra (julho de 1988).....	26
Figura 5 - Linha do tempo da auto-organização das mulheres no MST, destacando as instâncias.....	36
Figura 6 - Foto do VI Congresso Nacional do MST, com destaque às bandeiras do arco-íris e dos Sem Terra.....	58
Figura 7 - Foto do Primeiro Seminário “O MST e a diversidade sexual” na ENFF.....	59
Figura 8 - Matéria com Dê Silva na página do MST sobre o dia da visibilidade trans.....	62
Figura 9 - Linha do tempo da auto-organização das LGBTs no MST, destacando as instâncias .....	64
Figura 10 - Ilustração do material de formação “Diversidade Sexual no MST” (2018).....	66

## **LISTA DE SIGLAS**

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

FCP - Feminismo Camponês Popular

FHC - Fernando Henrique Cardoso

LBT - mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais/transgêneras

LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros e travestis

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

RAP - Reforma Agrária Popular

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2- METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>3- PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NAS INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST.....</b>	<b>16</b>
3.1- Momentos iniciais: a criação e a extinção da Comissão Nacional das Mulheres.....	22
3.2- Advento dos debates contemporâneos sobre gênero: Coletivo Nacional de Mulheres e Coletivo Nacional de Gênero.....	32
3.3- Consolidação do Setor de Gênero e suas ligações com o Feminismo Camponês Popular.....	37
3.4- Dimensões de atuação do Setor de Gênero.....	42
<b>4- PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS LGBTS NAS INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST.....</b>	<b>51</b>
4.1- Momentos iniciais: seminário “O MST e a Diversidade Sexual” e a formulação da identidade LGBT Sem Terra.....	56
4.2- Criação do Coletivo LGBT Sem Terra e suas dimensões de atuação.....	64
4.3- História conjunta do Setor de Gênero do MST com o Coletivo LGBT Sem Terra .....	68
<b>5- CONCLUSÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>80</b>

## 1- INTRODUÇÃO

A pesquisa volta-se para as relações de gênero e a diversidade sexual ao longo da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como foco da análise o Setor de Gênero (2003) e o Coletivo LGBT Sem Terra (2016). Sua abordagem insere-se no campo da História do Tempo Presente e difere-se da historiografia mais tradicional, uma vez que o processo de luta que acarretou na criação dessas instâncias políticas veio desde o começo do Movimento, na década de 1980, e se estende até a atualidade. Com isso, tendo a compreensão das particularidades históricas da criação do MST, o trabalho abre para o debate o cenário de articulações camponesas que permitiu a consolidação da questão de gênero como uma das pautas em discussão dessa Organização.

No cenário pós-colonial de resistência no campo, os trabalhadores rurais lidam com condições precarizadas de trabalho, servindo como potencial de mão de obra de baixo custo para os grandes proprietários de terra. Como aponta Rodrigues (2020), muitos deles criam envolvimento com o MST por não possuírem as condições individuais necessárias para se apropriarem da terra ou criarem autonomia sobre a atividade produtiva. Portanto, levando em consideração o peso dessa vida precarizada e do regime de trabalho exploratório, a vivência no campo forja a categoria camponesa e fortalece esses sujeitos sociais na luta pelo acesso à terra para trabalhar dignamente e pela permanência nela.

Além disso, a identidade camponesa atualmente é condicionada simultaneamente pelos preconceitos de classe, raça e gênero, inclusive dentro de assentamentos e outros ambientes do Movimento. Isso se reflete na luta pela terra, que articula essas tensões sociais e passa por uma constante reinvenção, cuja “descoberta de novos desafios e a assimilação de novas sensibilidades ampliou em vários aspectos o horizonte político do MST” (Carter, 2009, p. 308). Contudo, essa assimilação de novas sensibilidades no MST não se deu de forma fácil, e a participação ampla e democrática de mulheres e LGBTs Sem Terra nas instâncias de representação política vem sendo conquistada por esses grupos ao longo da sua trajetória histórica. No seio desse Movimento, entende-se a luta pelo acesso à terra como a força motriz, que leva os sujeitos sociais do campo a um enfrentamento ferrenho à concentração da terra, às formas de produção danosas aos bens naturais e à exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais.

Porém, como destacam Hora; Nobre e Butto (2021), as mulheres da classe trabalhadora enfrentam particularidades e desafios que seus companheiros homens não experimentam, principalmente na zona rural. Com relação a isso, as autoras destacam a

desigualdade enfrentada pelas mulheres no campo, uma vez que “as desigualdades de gênero no meio rural ignoram a contribuição econômica das mulheres na produção, [...] bem como os limites de acesso à terra pelas mulheres” (Hora; Nobre e Butto, 2021, p. 3). É um contexto em que a vida cotidiana, as atividades domésticas e o trabalho de cuidados limitam a militância, deixando um intervalo de tempo muito pequeno para participarem das questões políticas do Movimento.

Então, as mulheres envolvidas no trabalho agrícola precisam travar uma luta cotidiana para superarem essas tensões sociais, produzindo rupturas no patriarcado e na dominação masculina, além de quebrarem com a concepção pré-estabelecida de subalternidade feminina. Como a atual articulação com *La Via Campesina* mostrou ao MST, essas trabalhadoras instigam reviravoltas globais, em prol de uma estrutura agrária mais justa e igualitária, com o ideal de implementação da Agroecologia. Um exemplo desse processo é como as mulheres camponesas normalmente tomam a frente na produção agroecológica, como “guardiãs das sementes” encarregadas de cultivar a vida (Setor de Gênero, 2021).

Essa dinâmica se dá com base nas contradições de classe, pois há um predomínio de relações de poder patriarcais nos espaços e núcleos familiares do campo, em meio à estrutura capitalista e o seu ímpeto de expansão. A dominação da terra e dos recursos naturais, expressa pelo Agronegócio, revela como a "precarização da vida não atinge a classe trabalhadora da mesma forma" (Seibert; Guedes e Mafort, 2021, p. 410), mas sim de acordo com os recortes interseccionais, que moldam a socialização dos indivíduos. De acordo com essa reflexão, Seibert, Guedes e Mafort (2021) pontuam que:

A vida das mulheres trabalhadoras é uma luta diária, e quanto mais se sobrepõem as dominações, mais potencial de reação está ali contido. É por isso que quando uma mulher trabalhadora se move, vai rompendo as correntes de classe e da sociedade patriarcal, estruturante da desigualdade de gênero. No campo, em uma perspectiva continental e mundial, as mulheres foram se organizando a partir de suas distintas realidades, mas com a necessidade comum de enfrentar a origem da opressão de gênero que está no cerne da sociedade de classes, que através do patriarcado foi perpetuando a divisão sexual do trabalho pelos diferentes modos de produção (Seibert; Guedes e Mafort, 2021, p. 410).

Já as pessoas LGBTQs vivem outras particularidades, dentro de um sistema que determina papéis de gênero e sexuais que devem ser seguidos à risca. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros não seguem essas imposições, ao confrontarem as noções hegemônicas de uma heteronormatividade cisgênera. Essas noções são definidas pelo sistema patriarcal heterossexista, que segundo Connell (2016) representa uma ordem de gênero hierarquizada influenciada pela ideologia de homogeneidade, em que

“as diferenças emergem em atos de resistência e reapropriação e são, na verdade, múltiplas identidades” (Connell, 2016, p. 35).

Por não se encaixarem nesses padrões, esses sujeitos são inúmeras vezes forçados a viver sem publicizar suas orientações sexuais ou identidades de gênero, dentro de um “armário” figurativo. Esse armário em que as pessoas LGBTs são colocadas é “construído por regras sociais e jurídicas, [...] fazendo com que as diferenças LGBTs fossem sempre pensadas como um desvio da norma” (Duarte e Santana, 2018, p. 264). Aqueles que ousam viver fora desse armário são hostilizados e convivem com episódios cotidianos de violência, como sintetiza Efrem Filho (2018):

No que escutei das histórias contadas pelos militantes do Movimento LGBT sobre suas trajetórias, porém, as narrativas sobre violência percorrem parte significativa das suas vidas, chegam às suas infâncias, às inadequações familiares e escolares, seguem às suas adolescências, às surras, curras e perseguições ocorridas no ônibus na volta do colégio ou do trabalho, às perseguições policiais porque um grupo de amigos homossexuais se reunia para conversar e, talvez, paquerar (Efrem Filho, 2018, p. 197).

Portanto, a LGBTfobia cotidiana enfrentada por essa população se torna chave de inteligibilidade para a violência, participando (diretamente) da causa ou (indiretamente) da oportunidade de vitimização de sujeitos LGBTs. Isso se dá por conta do processo de vulnerabilização social conduzido pelas relações de gênero e sexualidade, que situa muitas dessas pessoas na margem da sociedade, vivendo através de subempregos e à mercê da criminalidade (Efrem Filho, 2018). Como exemplifica Efrem Filho (2018), essas relações levam muito cedo as travestis “para fora da vida escolar e para dentro de formas precarizadas de trabalho, como é o caso da prostituição noturna de rua” (Efrem Filho, 2018, p. 195).

Porém, houve uma mudança expressiva nesse contexto desde os anos 2000 e 2010, com o fortalecimento do movimento LGBT institucionalizado, pressionando o Estado por políticas públicas que garantam a cidadania LGBT. Como afirmam Facchini e Rodrigues (2018), aquilo que antes era tratado como domínio da esfera privada passou a ganhar cada vez mais centralidade na discussão pública, e a necessidade de se esconder em um armário está aos poucos sendo superada. Espaços de vulnerabilização social para a população LGBT, como é o caso do campo, se tornaram mais receptivos para a diversidade sexual e de gênero, o que influenciou o MST a repensar sua linha de atuação política quanto ao tratamento dessas temáticas.

Dessa forma, é importante pontuar como o MST, em seu início, tinha como ideal a luta pela terra baseada em um modelo de trabalhador rural homem, inspirando até mesmo o

nome escolhido por seus membros: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mas, esse perfil mudou ao longo do tempo e tanto as mulheres quanto as pessoas dissidentes da norma heterossexual e da cisgeneridade começaram a ganhar cada vez mais relevância no debate. Com isso, passaram de apenas membros da família camponesa ou meros acompanhantes do homem chefe de família nas lutas pela Reforma Agrária a sujeitos políticos dentro do MST, de acordo com um aumento progressivo da relevância da questão sexual e de gênero (Setor de Gênero, 2021).

Desde o começo dos anos 2000, com a criação do Setor de Gênero, há uma reflexão notável dentro do MST sobre o papel das mulheres e pessoas LGBT nos lugares de decisão e de trabalho cooperado, incentivando-as fortemente em suas iniciativas de auto-organização. Dessa maneira, questiona-se a noção do campesinato enquanto uma categoria monolítica e imutável centrada na figura do “homem trabalhador familiar rural”, visão essa que exclui a vivência de outros sujeitos sociais nas ocupações, acampamentos, assentamentos e espaços políticos do Movimento (Setor de Gênero, 2021). Assim, a participação democrática e a inclusão desses indivíduos na luta Sem Terra veio na contramão desse entendimento homogeneizante do campesinato, sendo construídas paulatinamente nas instâncias organizativas até alcançarem mais força no contexto atual. Ainda há muitos avanços a serem feitos, como sintetizado pelo material de formação do Movimento:

O esforço dos próximos passos deve ser no intuito de ir ampliando a participação política dos sujeitos LGBT Sem Terra, disseminar o debate nas escolas do campo e coletivos organizados, nos espaços de formação; tanto na base como na militância. Aprofundando, dessa maneira, o conhecimento sobre a dimensão da sexualidade, ampliando o debate sobre as relações humanas, fortalecendo a identidade Sem Terra, com novas formas de relações humanas livres das opressões, articulado ao nosso projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais do Movimento e da classe trabalhadora; rumo à construção de uma nova sociedade antipatriarcal, antirracista e antiLGBTfóbica (Setor de Gênero, 2018, p. 24).

Com isso, entende-se que o processo de lutas desempenhadas pelos sujeitos que formam a base social do MST e agregam diversidade a ela não está ganho ou finalizado. A sociedade brasileira ainda é extremamente discriminatória, racista, misógina e LGBTfóbica, e isso se reflete dentro da Organização. Portanto, o enfrentamento a essas estruturas opressivas deve ser cotidiano, ainda há um caminho longo até as mulheres e LGBTs Sem Terra conseguirem enraizar não só no Movimento, mas na sociedade como um todo, as discussões fundamentais sobre a liberdade de ser e amar.

## **2- METODOLOGIA**

Portanto, a primeira fase da pesquisa consistiu na leitura e sistematização dos textos de referência sobre a história da questão agrária e da luta pela terra no Brasil, buscando entender como se deu a consolidação do MST no contexto nacional, além da análise dos estudos sobre as dinâmicas de gênero e sexualidade. Já na segunda fase, empregou-se a ferramenta da história oral, por meio da elaboração de entrevistas com militantes do Setor de Gênero e do Coletivo LGBT Sem Terra. Por fim, a terceira fase da pesquisa voltou-se para a realização e transcrição das entrevistas, além da sua articulação com as leituras prévias.

No total, foram realizadas 4 entrevistas, com os perfis dos entrevistados traçados de acordo com as demandas e carências da análise documental. Os entrevistados foram escolhidos por sua ligação com o Setor de Gênero ou com o Coletivo LGBT Sem Terra, privilegiando sujeitos que acompanharam de perto o processo de auto-organização que levou à construção dessas duas instâncias. As perguntas foram divididas em 3 blocos (ver o apêndice A), sendo o primeiro mais amplo, o segundo voltado para a história das mulheres Sem Terra e o terceiro para a história das LGBTs Sem Terra. Foi fundamental elaborar esses 3 blocos, pois a utilização da história oral na pesquisa trouxe questões que somente aqueles que vivenciaram esse processo histórico poderiam relatar, além de preencher as lacunas nas fontes e documentações oficiais do MST.

Três das entrevistas foram realizadas presencialmente e uma de forma virtual, por conta das limitações geográficas. Entre as entrevistas presenciais, duas ocorreram na Secretaria do MST e uma no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis, ambos localizados no centro histórico da cidade de São Luís-MA. Já a última se tratou de uma reunião *online* através da plataforma de chamadas de vídeo *Google Meet*, uma vez que a entrevistada se encontrava em outro estado do país.

Esse uso da oralidade como ferramenta metodológica nos permite construir uma relação dialógica com os entrevistados e com o conjunto da Organização, dando voz aos sujeitos subalternos e produzindo uma ciência comprometida com as pautas sociais. Como afirma Fals Borda (1999), a pesquisa “é enriquecida pela prática no campo, pelo contato com grupos de base e seus problemas concretos e pelas opiniões e conceitos dos grupos de consulta” (Fals Borda, 1999, p. 54). O conhecimento dos entrevistados foi fundamental para a organização dos dados da pesquisa e a construção do saber científico, pois forneceram

diversas informações sobre a história do processo de auto-organização das mulheres e das LGBTs<sup>1</sup> Sem Terra que não são encontradas em outras fontes.

Já Sônia Maria de Freitas (2006) ressalta a versatilidade e o grande potencial narrativo da fonte oral, por poder ser utilizada fora dos limites da cultura acadêmica. Entende-se que a “grande potencialidade da História Oral é que essa permite a integração com outras fontes, a confrontação entre as fontes escritas e orais e a sua utilização multidisciplinar” (Freitas, 2006, p. 80). Os depoimentos dos entrevistados são de um caráter qualitativo, mas o resultado da pesquisa depende da sua articulação com uma cultura histórica e uma base teórica sólidas, se valendo de todas as fontes disponíveis para elaborar uma análise enriquecedora da temática estudada.

Nesse sentido, a história oral pode ser desenvolvida em diferentes contextos e estimular a memória das comunidades, abrindo caminho para a exploração da história local e de temáticas atuais. Ela pode servir como um instrumento para a transformação do campo da História, reconstituindo a consciência do grupo entrevistado e devolvendo a ele um lugar fundamental de protagonismo, mediante seu próprio testemunho. Assim, Freitas (2006) afirma que:

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial (Freitas, 2006, p. 79).

A partir dessa perspectiva, Bringel e Maldonado (2016) apontam a importância de questionar o papel do saber científico diante da realidade social, ressaltando o esforço para superar o distanciamento do cientista com relação aos problemas cotidianos. Ao tratar das mulheres e LGBTs Sem Terra, entende-se que a pesquisa abrange um grupo estigmatizado que sofre com o silenciamento de suas vozes, a partir dos efeitos corrosivos da discriminação. Como Daphne Patai (2010) sintetiza, o campo da história oral “não serve apenas para nos apresentar fascinantes relatos subjetivos. Ela é capaz de chamar a atenção para as vidas de seus narradores e as sociedades nas quais essas vidas são vividas” (Patai, 2010, p. 142).

---

<sup>1</sup> Ao me referir às pessoas LGBTs, faço preferência pelos pronomes e artigos femininos, buscando dar maior visibilidade às mulheres dessa comunidade e romper com a gramática normativa que torna neutro o masculino.

Essa metodologia, por estar inserida no campo da Nova História Social, almeja uma investigação histórica “vista de baixo”, abarcando personagens históricos e indivíduos que não eram presentes em outras vertentes historiográficas. Com isso, as histórias humanas negligenciadas pela historiografia clássica podem reivindicar seu lugar no meio acadêmico a partir de metodologias e campos da História diferentes, que dão vazão às suas vivências e reivindicações (Patai, 2010). Assim, a pesquisa busca resgatar os esforços históricos das mulheres e pessoas LGBT por representação política no MST, por se tratarem de sujeitos “invisíveis” para a História.

Seguindo essa perspectiva, há uma forte demanda da História para pensar o gênero e a diversidade sexual na análise da luta pela terra, elementos que não podem ser excluídos dos fatos históricos ligados à atuação do MST. Existe um grande potencial do estudo das relações de gênero e sexualidade que é pouquíssimo explorado nesse campo, uma ausência latente que é trabalhada pela pesquisa, por meio da realização das entrevistas. A história oral, então, serve aos propósitos do estudo, por permitir ouvir as histórias de indivíduos subalternos, que de outro modo seriam ignoradas ou deslegitimadas.

FIGURA 1 - Registro da entrevista realizada com a militante do MST Flávia Tereza da Silva.



FONTE: Arquivo pessoal (2024).

Por outro lado, Ferreira e Amado (2006) destacam os inúmeros desafios da história oral no campo da memória, tradição e reconstituição do passado, uma vez que a utilização das fontes orais se dá através do testemunho de sujeitos que rememoram eventos vivenciados.

Dessa maneira, os autores discutem a natureza da memória, que, gerada de modo individual, “só se torna coletiva no mito, no folclore, nas instituições e por delegação (quando uma história condensa várias histórias)” (Ferreira e Amado, 2006, p. 19). Assim, a memória coletiva se encontra afastada da espontaneidade à qual muitas vezes é associada, sendo fortemente influenciada pelas ideologias, as linguagens, as questões institucionais e o senso comum. Foi preciso estudar as entrevistas realizadas e as demais fontes da pesquisa de forma crítica, preenchendo as lacunas deixadas pela memória humana com a análise documental.

Nesse sentido, foi essencial retomar a atuação das mulheres camponesas e das LGBTs Sem Terra, com destaque às suas constantes iniciativas de inclusão nas instâncias políticas do MST. Buscando analisar os processos de luta que culminaram na criação do Setor de Gênero (2003) e do Coletivo LGBT Sem Terra (2016), a pesquisa teve como objetivo central compreender o processo de auto-organização desses sujeitos. Além disso, buscou-se delimitar a cronologia desse aumento progressivo de representatividade política feminina e LGBT, principalmente após o maior contato do Movimento com a *La Via Campesina*<sup>2</sup>, a partir do final da década de 1990.

Para isso, a monografia foi dividida em dois capítulos, além da conclusão. No primeiro capítulo foi feito um levantamento das diversas iniciativas de auto-organização feminina nas instâncias de representação política do MST, estabelecendo uma linha do tempo que se inicia com a Comissão Nacional das Mulheres (1986-1989), passa pelo Coletivo Nacional de Mulheres (1995-1999) e pelo Coletivo Nacional de Gênero (1999-2003), e finaliza com o Setor de Gênero (2003). Apresentando então o Setor de Gênero do MST, foi feita uma discussão sobre sua importância política no cenário de articulações camponesas pela Reforma Agrária Popular (RAP) e em meio ao fortalecimento do movimento feminista contemporâneo. Por fim, no segundo capítulo foi elaborada uma linha do tempo do processo de auto-organização das LGBTs Sem Terra, destacando a importância do seminário “O MST e a diversidade sexual” e da adoção pelo MST de uma linha política clara voltada para a orientação sexual e a identidade de gênero, nos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

### **3- PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NAS INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST**

---

<sup>2</sup> *La Via Campesina* é uma organização internacional que reúne os movimentos sociais do campo de vários países do mundo e dá destaque para a participação das mulheres camponesas do Sul Global.

O problema da terra é uma discussão antiga na história brasileira, uma herança de mais de 500 anos presente desde o período da colonização, passando pela independência e proclamação da República, até os tempos atuais da democracia política (Stédile e Fernandes, 2005; Carter, 2009). Nessa perspectiva, o estudo da estrutura fundiária brasileira e sua trajetória histórica passa por temas como a desigualdade social que assola o país e as relações de trabalho baseadas na escravidão, mas principalmente demonstra as inúmeras batalhas do campesinato contra o *status quo*. Essas famílias camponesas, tomando o enfrentamento à concentração de terra como motivação imediata, inserem-se na luta de classes, uma manifestação multirracial, com presença das classes subalternas e indissociável da história de formação política do campo brasileiro (Rodrigues, 2020).

Somado a isso, a partir de meados do século XX, houve uma abordagem crescente do problema fundiário pela esquerda política, que se preocupou com a questão da terra no Brasil e quis alterar suas bases estruturantes através de uma Reforma Agrária. Entretanto, essa guinada de reconhecimento dos problemas de acesso à terra foi cortada ao meio pelo golpe de 1964, que trouxe a modernização conservadora para a agricultura, ceifando os avanços das organizações de trabalhadores rurais. Essa política agrária, conforme Carter (2009), visava tanto combater o fortalecimento da classe trabalhadora quanto minimizar no campo os efeitos das mobilizações sociais em prol da redistribuição fundiária.

Com a instauração da Ditadura Empresarial Militar, houve o estímulo à fixação de grandes empreendimentos no campo e a criação de aparatos de controle das populações rurais, para combater os conflitos por terra. Por isso, entende-se que a precarização da questão agrária brasileira foi um projeto político, visto que “o poder militar foi utilizado para controlar as lutas no campo, evitando que elas ganhassem uma dimensão política maior” (Rodrigues, 2020, p. 134). Assim, o Estado brasileiro territorializou o capitalismo monopolista e intensificou a desigualdade da estrutura fundiária.

Logo, Stédile e Fernandes (2005) enfatizam a expansão do grande capital, partindo do incentivo à apropriação fundiária por grandes empresas, da conivência com a grilagem e da expropriação de camponeses e camponesas de suas terras. Portanto, as medidas dos governos ditatoriais voltadas para a terra privilegiaram o estabelecimento de latifúndios, a mecanização da produção agrícola e a desigual estrutura fundiária. A consequência direta desse processo foi a migração intensa dos trabalhadores rurais, forçados a saírem de onde estavam e buscarem novos espaços para ocupar (Stédile e Fernandes, 2005; Delgado, 2017).

Apesar dos governos ditatoriais buscarem esvaziar as lutas no campo e desarticular os grupos de trabalhadores rurais organizados em prol da Reforma Agrária, suas políticas

públicas voltadas para a terra tiveram o efeito contrário. Diante dessa lógica, conforme Rodrigues (2020), a Ditadura Empresarial Militar criou as condições para as mobilizações que abalaram o Brasil pela redemocratização política nas quais se insere o surgimento do MST, o movimento social do campo de maior abrangência no país e na América Latina. Tendo surgido em 1984, na região Sul do país, o Movimento Sem Terra se fortaleceu muito no cenário político, com sua área de abrangência alcançando quase todos os estados brasileiros.

Porém, a desigualdade fundiária brasileira remete a um passado mais antigo que o cenário ditatorial, sendo fortemente marcada por uma luta histórica por terra para trabalho e condições de vida melhores que vem desde a colonização. Há uma perspectiva de continuidade e permanência defendida por Carter (2009), que mostra como processos históricos muito anteriores possuem laços estreitos com a tomada de consciência por parte dos camponeses no momento de surgimento do MST. O autor associa a resistência desse Movimento às mobilizações indígenas, quilombolas e camponesas mais antigas, uma longa luta por terra desde a chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, que se converte em esforços ferrenhos pela Reforma Agrária e para minimizar a desigualdade social no campo (Carter, 2009).

Seguindo essa perspectiva, o MST busca conformar sua luta em prol da construção de territórios e comunidades camponesas livres de qualquer forma de opressão e discriminação. A defesa da Reforma Agrária almeja mais do que a mera erradicação das relações capitalistas, mas incorpora os debates sobre diversidade, uma vez que o capitalismo historicamente se apropriou de elementos estruturantes como o racismo e a violência patriarcal para garantir sua manutenção. Assim, entende-se a questão agrária como:

fundamento da extrema exploração da força de trabalho no país, bem como condiciona a correlação de forças entre trabalho e capital, que pende significativamente em favor do último. A partir desse raciocínio, é possível afirmar que a elevada concentração da terra está na base estrutural do capitalismo que aqui se desenvolve. Por isso a luta por terra no Brasil não se restringe a uma questão fundiária. É uma luta, em nossa visão, que diz respeito aos interesses do conjunto da classe trabalhadora. Desse ponto depreendem-se as razões da radicalidade de tal luta, segundo o significado específico que ela possui nessas condições históricas, bem como a compreensão das forças políticas de direita que se organizam para impedir qualquer alteração nesse sentido (Rodrigues, 2020, p. 147).

Nesse sentido, surge a Reforma Agrária Popular (RAP), a estratégia atual do MST relacionada ao seu Programa Agrário, que denuncia as práticas do Agronegócio e propõe mudanças estruturais no campo. De acordo com Martins; Nunes e Gasparin (2021), a RAP

enfrenta a lógica capitalista baseada na apropriação e exploração, ao dar um lugar central à função social da terra e à produção saudável de alimentos. É um enfrentamento que transcende o campo institucional, para que as conquistas cheguem também no âmbito social, visto que a partir dela o MST entende que:

não basta a conquista da terra, é necessário que a sociedade esteja transformada, que haja uma transformação da sociedade. E pra transformar a sociedade é preciso que a gente transforme a vida das pessoas, elas precisam adquirir a terra, sobreviver da terra. Mas também não é possível construir essa nova sociedade que nós tanto almejamos com racismo, misoginia e discriminação de gênero. Então por isso, nós do MST entendemos a importância dessas discussões e entendemos que elas precisam perpassar por toda a base do MST. A luta é pela terra, mas também a luta contra esses diversos tipos de discriminação. Nós acreditamos que a liberdade da terra precisa estar junto com a liberdade do povo, a liberdade do ser humano (Pinheiro, 2024).

Assim, a RAP consolida a produção agroecológica como uma força política, com base no debate sobre a função social da terra e da soberania nacional. A potencialidade revolucionária da RAP revela os limites e possibilidades das reivindicações do MST, que a partir dela propõe garantir o acesso à terra para as famílias Sem Terra que queiram uma vida digna no campo, a desapropriação de latifúndios que não cumpram a função social da terra estabelecida pela Constituição de 1988 e a expropriação das terras em que houve denúncias de trabalho análogo à escravidão (Martins; Nunes e Gasparin, 2021). Assim, o MST traz um projeto político que não pensa apenas a terra, mas que verdadeiramente é humanista, pois para construir “uma sociedade com relações mais emancipadas, é muito necessário que a gente garanta sobretudo os direitos humanos” (Pereira, 2024).

Ademais, ao serem discutidos os desafios para os acampamentos e assentamentos do MST, além de realizar uma produção de comida saudável, é pautada a necessidade de um trabalho colaborativo de ajuda mútua, com inclusão e representatividade de mulheres e jovens nas decisões políticas. E isso passa pelo debate da superação dos preconceitos e discriminações no Movimento, como o racismo, a misoginia e a LGBTfobia. Uma das entrevistadas questiona essas contradições internas, ao refletir sobre como seria possível “ter um território que vai ser um cartão postal de que a Reforma Agrária dá certo, se nós tivermos relações violentas nessas áreas?” (Pereira, 2024).

Com isso, em palavras de destacados dirigentes do Movimento, o projeto de Reforma Agrária Popular traz novas maneiras de reprodução social mais éticas para todo o Gênero Humano (Martins; Nunes e Gasparin, 2021). Esse é o básico para se construir dentro dos

assentamentos uma vida de qualidade, mais livre e emancipada inclusive na cultura e nas relações sociais. Como evidencia uma entrevistada:

A gente entende que esse projeto de Reforma Agrária Popular não vai se concretizar enquanto a gente tiver nas nossas trincheiras a questão da falta de inclusão do povo. É preciso que a gente lute contra as discriminações, não é possível alcançar essa nova sociedade e nem a Reforma Agrária Popular sem incluir todas as pessoas. E esse projeto de sociedade nova luta pelo amor, ele luta pela igualdade entre as pessoas, luta por seres livres. Então a RAP só vai se realizar quando realmente todas as representações de povo estiverem ali como resultado do nosso trabalho (Pinheiro, 2024).

Em suma, um dos desafios atuais do MST na luta pela terra é combater a ideologia do capital e seus reflexos nas relações humanas, estabelecendo espaços em que todas as formas de ser e amar sejam legítimas. Com isso, outros pontos se entrelaçam com a pauta da terra, e o MST é estimulado a “articular a sua experiência no ativismo público com um processo de construção de vários projetos levados adiante por diversos grupos dentro do Movimento” (Carter, 2009, p. 304). Nesse contexto, o MST passa a assumir as particularidades das vivências de seus militantes, mostrando como os processos de luta política não são separados, haja vista a complexidade da realidade social no capitalismo, profundamente marcada pelo patriarcado e as heranças do Colonialismo.

No Brasil, esse cenário de herança colonial tem como consequência direta a consolidação de um capitalismo monopolista e dependente (Rodrigues, 2020), que se articula inexoravelmente com a divisão sexual do trabalho no campo. A violência desse tipo de empreendimento colonial, segundo Federici (2019), se perpetua através do estabelecimento de sistemas agrícolas seguindo a lógica do mercado europeu e do capital. Dessa forma, como aponta a autora:

além de erodir os direitos “tradicional” das mulheres como participantes de sistemas de terras comunais e como cultivadoras independentes, tanto colonizadores quanto produtores agrícolas introduziram novas divisões entre mulheres e homens - e impuseram uma nova divisão sexual do trabalho, baseada na subordinação das mulheres aos homens, o que, de acordo com os esquemas colonialistas, incluía uma cooperação não remunerada com o marido na lavoura de cultivos comerciais (Federici, 2019, p. 282)

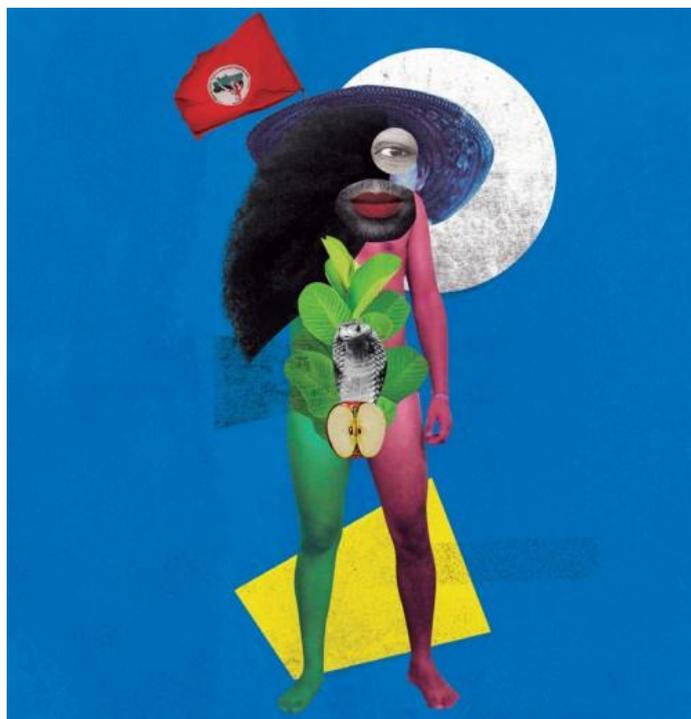
Assim, quanto mais duradouro o passado colonial e mais marcantes os seus ecos no presente, mais intensa a separação das funções no trabalho agrícola a partir do gênero, trazendo grande invisibilidade para o papel feminino na agricultura. Inúmeros sistemas agrícolas coloniais e pós-coloniais excluíram as mulheres dos processos produtivos,

privilegiando os homens na designação de tarefas e apagando os sistemas tradicionais femininos de plantio. Porém, em meio a essa violência, elas organizaram muitas mobilizações contra esses empreendimentos de apropriação da terra, tendo um papel histórico

Diante dessa lógica, a noção de conspiração de gênero estabelecida pelos materiais internos do MST (Setor de Gênero, 2021) serve como um direcionamento teórico para as análises desenvolvidas. Ela representa um processo conspiratório interno de formação de mulheres como sujeitos políticos, um processo de semente, cultivado de forma vagarosa. Esse tipo de mudança não ocorre de forma espontânea, mas com muita mobilização dos sujeitos envolvidos, pois requer uma “combinação explosiva de auto-organização e rebeldia que só é possível quando forjada num processo de conspiração silenciosa, nem sempre organizada” (Setor de Gênero, 2021, p. 8). Como uma das entrevistadas aponta:

A luta é para viver melhor e com mais qualidade, e por isso é posto o tempo todo pelo Movimento as campanhas contra as violência doméstica, contra a LGBTfobia, e entra nessa diversidade também. Aqui, nos coletivos de representação, a participação para ser legítima tenta representar um sujeito LGBT, um sujeito mulher. Os homens já estão lá desde sempre, então não é preciso discutir a participação deles, porque já é dado na sociedade. É a hegemonia, digamos assim. Agora, os outros sujeitos, a juventude, as mulheres e os sujeitos LGBT, esses a gente precisa ser vigilante e discutir (Pereira, 2024).

FIGURA 2 - Detalhe da capa do material de formação “A conspiração dos gêneros” (2021).



FONTE: Setor Nacional de Gênero (2021).

Esse processo de auto-organização deve muito ao papel essencial que as mulheres prestam na agricultura, principalmente de subsistência, sendo as maiores responsáveis pelos alimentos consumidos por suas famílias e pelas comunidades em que estão inseridas. Federici (2019) dá destaque a elas enquanto parcela considerável dos trabalhadores agrícolas, sendo linha de frente das lutas por um uso não capitalista não apenas da terra, mas dos recursos naturais como um todo. A autora afirma que:

A terra é a base material para o trabalho de subsistência das mulheres, que por sua vez é a principal fonte de "segurança alimentar" para milhões de pessoas no planeta. Nesse contexto, volto-me para as lutas que as mulheres estão realizando em todo o mundo não somente para se reapropriar da terra, mas também como forma de impulsionar a agricultura de subsistência e o uso não comercial dos recursos naturais. São esforços extremamente importantes, não só porque graças a eles milhares de milhões de pessoas são capazes de sobreviver, mas porque eles apontam para as mudanças que temos que fazer se quisermos construir uma sociedade na qual nossa reprodução não seja realizada à custa de outras pessoas, nem represente uma ameaça à continuação da vida no planeta (Federici, 2019, p. 279).

As mulheres se consolidaram como um dos principais empecilhos para a completa comercialização da natureza, ao se mobilizarem pelo acesso à terra, mesmo diante dos esforços de empreendimentos agrícolas a favor da lógica neoliberal. A terra é apontada como a base material para o trabalho feminino ao longo da história, cuja forte atuação na defesa dos bens de uso coletivo garantiram a manutenção da vida em diversos momentos. Com isso, as mulheres do campo fazem a defesa da agricultura de subsistência, empreendendo sua luta em prol de uma dinâmica de respeito ao meio ambiente e não exploratória, uma concepção também defendida pelo MST.

### **3.1- Momentos iniciais: a criação e a extinção da Comissão Nacional das Mulheres**

É possível notar a importância do protagonismo feminino desde a fundação inicial do MST, que ocorre em meio ao contexto de fortalecimento do feminismo em todo o mundo, especialmente na América Latina, e de luta pela democracia política e contra a Ditadura Empresarial Militar no Brasil. Dessa forma, o surgimento do MST é observado em meio aos esforços pela redemocratização no cenário político nacional, uma pauta que possibilitou também a auto-organização dos sujeitos envolvidos em prol de suas causas próprias, como a questão da terra e a defesa da Reforma Agrária. Ao ser questionada sobre a participação das

mulheres no começo do Movimento, uma entrevistada afirma que elas sempre estiveram presentes:

Como no início do Movimento tinha muito essa coisa da Igreja, então quem tava nos grupos de jovens da igreja acabava compondo o que foi esse início do Movimento. Então, muita juventude nesse início do Movimento e uma boa diversidade também. Então era a juventude, homens e mulheres, alguns padres, gente que tinha deixado de ser freira, mas foram compondo. Se a gente quiser contar a história do Movimento de uma forma mais dialética, a gente vai dizer que ele não surgiu no Sul no dia tal, mas que tinha em todo o país uma efervescência de lutas pela terra. Os conflitos, a pobreza, a gente do campo que tava nessa coisa do êxodo rural, indo pras cidades. Então ao mesmo tempo que no Sul tinha essa efervescência e os conflitos, tinha também no Nordeste, tinha na região mais do Norte do país. Então isso terminou fazendo com que a decisão do Movimento de se nacionalizar também já fosse uma decisão que incluía muitos companheiros e companheiras. Nunca teve uma época que não tivesse mulheres nas direções. Nós temos estados como o Maranhão mesmo, o Ceará e o Rio Grande do Norte que suas principais lideranças eram mulheres. Tinha o Pará também né. Tô falando de uma época mais atrás, no início do Movimento. Então nós tivemos grandes mulheres que foram referência e abrindo esse caminho para as outras (Pereira, 2024).

Já outra entrevistada ressalta o papel que as mulheres desempenham na luta pela terra desde o início do Movimento, a partir de “uma luta permanente contra o machismo” (Pinheiro, 2024) que vinha desde a base. Segundo ela, essa discussão não era pensada pelo MST, pois o objetivo maior era o da luta pelo acesso à terra e a Reforma Agrária, e não sobrava muito espaço para as mulheres trazerem suas pautas particulares para os debates. Como descrito pelos materiais internos do MST (2021), esse momento inicial mostra como a luta pela conquista do direito à participação feminina veio desde a sua fundação oficial, em 1984, e seu Primeiro Congresso Nacional, no ano seguinte.

Nessa ocasião, as mulheres Sem Terra já mostraram sua presença e capacidade de agência política, ao pensar nas bases de um movimento social do campo em que elas pudessem ter voz ativa. Para isso, houve diversas experiências organizativas das mulheres ao longo dos anos, voltadas para o aumento da participação política e trazendo visibilidade para a luta contra a misoginia aliada à questão agrária. A trajetória histórica do Movimento mostra como:

A participação das mulheres na nossa organização sempre existiu, principalmente naquelas tarefas menos prestigiadas pelos homens, como as vinculadas ao cuidado das crianças, idosos, na cozinha coletiva, saúde ou organização dos espaços. Mas a partir dos processos de auto-organização das mulheres e definição de nosso Movimento de ampliar esta participação, as mulheres Sem Terra cada vez mais ocupam espaços de direção, mas estar nestes espaços não é suficiente... Casos como o de Maria são uma constante no Movimento. Os Joãos sempre têm prioridade de participação diante das Marias. Temos que enfrentar a realidade de que há, por parte dos homens, uma centralização de tarefas, informações, de poder, que lhes

permitem fazer qualquer coisa, pois parecem insubstituíveis. Enquanto isto, as mulheres continuam sendo desvalorizadas, suas condições de participação seguem encaradas com uma sina de sua condição de mulher, elas têm outras obrigações, pessoais e intransferíveis que as impedem de participar da mesma forma (Setor de Gênero, 2021, p. 20).

Seguindo essa lógica, houve um esforço para conscientizar as mulheres do Movimento a lutarem de igual para igual com os homens, e para que suas demandas específicas fossem verdadeiramente ouvidas. A decisão do Movimento de se nacionalizar contou com participação ativa das mulheres, e a simbologia expressa em sua bandeira as representa ao lado da figura do homem Sem Terra. Uma das entrevistadas destaca a importância da criação dessa bandeira de luta não só para o MST de forma geral, mas para a especificidade das mulheres Sem Terra, servindo de simbologia:

Então, quando o Movimento aprova a bandeira, essa bandeira que o MST usa, uma das primeiras posições das mulheres foi de que a bandeira deveria ter um homem e uma mulher. Ou seja, a simbologia, a gente discutia isso agora fazendo um resgate da memória histórica das mulheres no MST. Qual é o símbolo das mulheres do MST na luta? O primeiro não foi o lenço de chita. Mas, a mulher estar na bandeira já foi uma das primeiras construções dessa simbologia. E o que avançou? A gente avança quando a gente começa a pautar dentro do Movimento as pequenas coisas que depois vão ficando grandes (Pereira, 2024).

FIGURA 3 - Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



FONTE: Página do MST (2021).

Santos e Picolotto (2019) mostram que nesse cenário embrionário do MST as mulheres já tomavam a iniciativa de discutir coletivamente sua participação política, além da

representação em espaços decisórios e relevantes para a luta pela terra. Foi esse espírito contestatório das mulheres Sem Terra que possibilitou a organização do Primeiro Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural em 1986, que mostrou ainda mais o potencial da organização feminina no campo. No encontro, houve a participação de 35 lideranças femininas de 16 estados, cuja discussão se centrou na participação das mulheres nos sindicatos, movimentos populares e partidos políticos. Segundo os autores:

a partir da década de 1980 as mulheres que participavam dos movimentos sociais no campo começaram a se reunir e promover encontros para discutir temas que lhes eram específicos. Antes dessa data as mulheres já participavam, mas sua participação se dava, geralmente, através de seus respectivos maridos, e nesses casos, o protagonismo da mulher só ocorreria com a morte de seu cônjuge (Santos e Picolotto, 2019, p. 242).

Isso vinha acompanhado da veiculação da Página da Mulher no Jornal Sem Terra<sup>3</sup>, em que se reivindicava uma maior participação das mulheres nas instâncias políticas do Movimento, além de um maior reconhecimento como trabalhadoras rurais nos sindicatos. Logo após isso, veio a criação da Comissão Nacional de Mulheres em 1986, a primeira experiência organizativa das mulheres no MST. Essa Comissão foi de suma importância para a luta das mulheres Sem Terra, pois representou uma plataforma para a discussão de suas questões subjetivas e particularidades, como ressalta uma das entrevistadas:

As mulheres foram sentindo essa necessidade de se organizarem, pois a gente vive numa sociedade machista e isso passava internamente também pelo MST. Então muitas violências também foram feitas. Claro que os nossos homens têm uma tentativa, um diferencial, mas a sociedade é muito cruel sobre esse aspecto, e os homens do mundo e dos movimentos sociais também têm suas dificuldades de encarar o que é tarefa de homem e o que é tarefa de mulher, a discriminação. Então isso foi fazendo com que as mulheres sentissem necessidade, e é um dado real que as mulheres Sem Terra não chegavam nas Direções. Elas estavam muitas vezes na linha de frente dos acampamentos e assentamentos, mas na hora da organização interna, por exemplo da associação, quem dirigia as associações mesmo de base não eram as mulheres, eram os homens. Então as mulheres mesmo dentro do Movimento começaram a dar um choque no sentido de: “Peraí, se nós estamos no acampamento, na frente de batalha, se nós organizamos a escola, se nós organizamos as famílias pra luta, por que que nós não podemos dirigir essa organização?”. Então foram essas questões que foram sendo respondidas e que as mulheres passaram então a dizer: “Não, nós realmente precisamos nos organizar enquanto comissão, enquanto mulheres”. Então foi aí que as mulheres começaram a se organizar enquanto Comissão da Mulher dentro da organização, e acaba que quando a gente se organiza a gente também discute estratégias de poder (Pinheiro, 2024).

---

<sup>3</sup> O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra é um conjunto de publicações mensais voltadas para a luta dos trabalhadores rurais, cujas origens remontam a um período anterior ao MST.

Nos assentamentos e espaços decisórios do MST, diversas problemáticas específicas eram enfrentadas pelas mulheres, como a discriminação motivada pela misoginia. Isso serviu como combustível de luta, por levar à uma tomada de consciência sobre as questões e discriminações que somente estavam presentes na vivência cotidiana feminina. Porém, muitos homens Sem Terra não estavam dispostos a ceder espaço nas instâncias decisórias do Movimento, por acreditarem que “essas outras pautas podiam ficar pra depois, que depois do acesso à terra conquistada pela Reforma Agrária, aí sim iriam discutir gênero e mulheres” (Pinheiro, 2024). Então, esse espaço de representação política deveria ser conquistado paulatinamente pelas mulheres.

FIGURA 4 - Página da Mulher da edição nº 75 do Jornal Sem Terra (julho de 1988).

## Uma força ativa dos assentamentos

REGINA VILELA

Hoje, no Espírito Santo, existem 23 grupos de assentamentos, num total de 815 famílias. E nesses grupos, as mulheres são uma força ativa na organização dos assentamentos. Participam da "capina", da horta comunitária, da organização interna, além de realizarem um trabalho político, não apenas dentro dos assentamentos, mas também fora deles. Elas reúnem-se semanalmente ou quinzenalmente, participam das assembleias e estão descobrindo novas formas para obter ganhos econômicos e melhorar as condições sociais dos assentamentos. Vejamos alguns exemplos.

**Assentamento Córrego do Areia**

Insatisfeita com o tratamento dado pelo governo do estado, as mulheres iniciaram um trabalho, em mutirão, na chamada "limpa" das plantações de pimenta, café etc. Atacam, ainda, em mutirões de três em três dias, por escala, e em sistema de doação nos lotes individuais.

Nos outros dias, trabalham normalmente com todo o assentamento e ganham, sem discriminação, pelo trabalho. Além disso, as mulheres possuem um "poço" (pequeno açude) de peixes, do qual são responsáveis pela manutenção e, somente, que trabalham, têm direito à pesca.

**Assentamento Palmeiras**

Nelas, as mulheres utilizam o dinheiro da caixa do assentamento e compram materiais para o preparo do sabão, que é feito coletivamente. Depois de pronto, é dividido em partes iguais para o consumo das famílias. As sobras são vendidas para arrecadação de fundos das caixas das mulheres, que com o dinheiro, ajudam a financiar viagens para cursos e encontros, a nível municipal e estadual.

**Assentamento Pip Muk**

Neste assentamento, as mulheres lutaram e conquistaram moradias.

A equipe de saúde, por elas organizada, conseguiu trazer, algumas vezes por semana, um médico para consultar as crianças e levar os exames para o laboratório. Também criaram uma horta coletiva, independente de adubo químico e irrigação, que elas cuidam diariamente, mas só aquelas que trabalham possuem direito de colher.

**Essa é a saída**

Essas formas organizadas de trabalho cooperativo encontradas pelas mulheres desses três locais são as saídas para a auto-sustentação dos assentamentos dispensando a compra de produtos muito mais caros vendidos nos supermercados. A atuação das mulheres, o trabalho de cooperação agrícola, a participação política conjunta em todas as instâncias provam que, organizadas, os trabalhadores podem terminar com toda forma de exploração capitalista e construir o socialismo.

*Participando politicamente, as mulheres conquistam a liberdade.*



**Visita à Alemanha**

As companheiras Cerli Piovesan e Salete Campigotto, assentadas no município de Nova Ronda, no Rio Grande do Sul, e militantes do Movimento Sem Terra, estiveram no início deste ano na Alemanha Ocidental a convite da Igreja Luterana daquele país. Para divulgar a luta do Movimento no Brasil, participaram do estado em que trabalham e que conhecem melhor a realidade. Na Alemanha, apesar das dificuldades com o idioma, as companheiras realizaram várias palestras e debates em escolas, grupos de jovens e de organização de mulheres, na cidade de Gotttrigen, Burgdorf, Braunschweig e Munique. Foram muito bem recebidas e esclareceram várias dúvidas dos alemães.

Salete Campigotto conta que, durante as conversas com os vários grupos, era muito difícil explicar como o governo brasileiro trabalhava com a questão da terra, permitindo que seres humanos vivam em condições tão difíceis como os desamparados. “Nos levamos muito material de foto e vídeo e quando mostrávamos, eles simplesmente não entendiam. Uma moça perguntou como conseguimos viver naqueles bairros e ainda sermos pessoas alegres. Nós explicamos que apesar das condições difíceis de sobrevivência, contamos com a solidariedade de muitas pessoas além da própria solidariedade de grupos e comunidade que existe nos acampamentos e assentamentos”.

**Que tipo de Governo?**

Perseguindo seu relato aos alemães, Salete disse que no Brasil existiam pessoas vivendo em condições piores do que a deles. Ela lembrou o caso de muitos favelados “que muitas vezes nem mesmo con-

Um outro ponto discutido, foi de como a comunidade alemã pode se articular para auxiliar a luta do Movimento Sem Terra no Brasil. As companheiras esclareceram que uma das formas é manter o povo daquele país bem informado do que acontece aqui através de uma maior correspondência e também pelo Jornal Sem Terra, além da remessa de cartas ao governo e órgãos responsáveis pela solução aqui no Brasil. “Nos sentimos que eles têm uma vontade muito grande de auxiliar e o fazem, às vezes, de forma um tanto setorizada, ajudando alguns acampamentos ou assentamentos”, diz Salete. “Nos pedimos a eles que todas as formas de ajuda sejam pelas secretarias estaduais ou nacionais, pois são nesses lugares que as lideranças possuem o mapeamento das locais que enfrentam maiores problemas, ou estabelecem prioridade”.

Um fato que a deixou bastante emocionada foi quando da visita a uma escola de crianças com idade média de onze anos, e uma delas perguntou-lhe como estava a situação do processo a respeito da morte dos companheiros de Sarandí e citou, especialmente, Roselli. “A criança queria saber se o assassinio já estava na cadeia e nós explicamos que não e que o governo considerou aquele fato um acidente. Então o menino ficou apavorado e nos perguntou: Que tipo de governo vocês têm que não faz justiça?” Salete e Cerli participaram da organização do Dia Mundial de Oração e constaram que na Alemanha existe também sérios problemas. Como 2,5 milhões de desempregados, que apesar de receberem salários, formam uma massa muito grande de descontentes com a política governamental.

FONTE: Hemeroteca Luta pela Terra (2021).

Bell Hooks (2022) aborda esse fenômeno, ao demonstrar que grande parte das ativistas feministas ao redor do mundo passaram a compreender a natureza da dominação patriarcal e da hegemonia masculina quando se inseriram em contextos anticlassistas e antirracistas. Mesmo dentro de movimentos sociais emancipatórios, como é o caso do MST, as mulheres eram relegadas a um papel secundário e a tarefas menos prestigiadas, não

recebendo a atenção devida para suas pautas específicas. Aqueles homens que falavam para o mundo sobre a importância da cidadania, da igualdade social e da liberdade eram os mesmos que reproduziam o pensamento heterossexista e subordinavam as mulheres de sua classe, pois “estava claro que os homens queriam comandar e queriam que as mulheres os seguissem. Participar dessas lutas radicais por liberdade acordou o espírito de rebeldia e resistência e as direcionou à libertação da mulher contemporânea” (Hooks, 2022, p. 19).

Apesar dessa vivência em muitos momentos não ser levada em consideração pelas instâncias do Movimento, a autocrítica estava presente entre as mulheres Sem Terra, visto que “as próprias mulheres também são responsáveis, na medida em que têm medo de enfrentar os problemas” (Gonçalves, 2009, p. 205). O entendimento entre os grupos de mulheres Sem Terra na base da Organização era de que elas não poderiam se acomodar e esperar que alguém lutasse por seus direitos ou as convidasse para as lutas. Como afirma Hooks (2022), é preciso de um grande esforço para criar justiça de gênero, até mesmo dentro dos movimentos sociais.

Assim, a conformação da Comissão representou um grande salto na participação das mulheres no MST, que agora teriam um apoio nacional do Movimento para discutirem seus problemas e se articularem internamente. Ela pressionou a criação de grupos de mulheres nos acampamentos e assentamentos, além de comissões estaduais de mulheres (Gonçalves, 2009). Esse conjunto de iniciativas deveria ser apoiado pelas instâncias nacionais, por assumir um viés importante de reflexão sobre o papel da mulher na luta pela Reforma Agrária e entender que “essa diversidade aparece quando se tem debate de ideias, se fosse só uma linha de pensamento nós talvez não teríamos essa diversidade toda” (Pereira, 2024).

Nessa perspectiva, Gonçalves (2009) argumenta que desde o surgimento do Movimento Sem Terra houve uma guinada na participação feminina nas lutas pela terra, e as mulheres se fizeram cada vez mais presentes, discutindo tanto as pautas amplas dos Sem Terra quanto propondo reflexões sobre os papéis sociais de gênero. Porém, esse fortalecimento das mulheres no MST e na questão sindical trouxe inúmeras críticas, que hierarquizaram as mobilizações sociais e deram mais importância para a pauta "ampla" da terra do que para as pautas "específicas" das mulheres, ao alertar sobre os perigos da divisão da luta. Uma das entrevistadas analisa que essa discussão não era tão presente no início do Movimento de forma geral, e que aos poucos as mulheres Sem Terra foram mostrando ao todo da Organização a importância do debate:

Não era uma discussão que perpassava as questões do MST, porque os primeiros momentos eram a luta pela terra, pelo acesso à terra. Então o MST surge com esse objetivo: acessar a terra. Depois que o MST acessa a terra, o que a gente chama de Reforma Agrária, é que essas outras conquistas e lutas vão chegando. Então o MST não discutia internamente a questão LGBT e nem a questão de gênero especificamente, porque ali a gente discutia a luta pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade nova. O MST desde o seu surgimento é baseado nesse tripé. Muito depois do surgimento do MST é que a gente começa a discutir a questão das mulheres (Pinheiro, 2024).

Assim, as formas de organização das mulheres no seio do Movimento começaram a ser vistas por muitos militantes Sem Terra, principalmente os homens, como um risco de fragmentação das lutas, algo que poderia prejudicar o objetivo central do MST. Santos e

Picolotto (2019) apontam a força que esse tipo de discurso ganha, simultaneamente à emergência de inúmeros movimentos autônomos de mulheres rurais, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), em que o foco era tanto o fim do patriarcado quanto a questão da terra. A ideia desse discurso, que servia de contraponto ao discurso defendido pelos movimentos autônomos, era de que uma família Sem Terra como sujeito social, isto é, o homem chefe de família, a mulher dona do lar e seus filhos (Gonçalves, 2009)

Supostamente, essa família Sem Terra seria totalmente abarcada pela pauta da democratização da terra e pelo enfrentamento de classes conduzidos pelo MST, e a mulher indiretamente se beneficiaria com a luta geral. Esse é um ponto chave problematizado por Silvia Federici (2019), pois a ideia de homogeneidade das relações sociais não é a mais adequada para representar os trabalhadores. Ela afirma que não é possível ignorar os inúmeros marcos identitários e sociais como o gênero, a raça, a origem étnica e a ocupação, que se cruzam com a questão de classe. Como sintetiza a autora:

Há também problemas com o conceito de "multidão", a figura mítica descrita como um e muitos, singularidade e multiplicidade, indefinida quanto a gênero, raça, origem étnica, ocupação, [...] o principal significante da força de trabalho global. Seu caráter sem corpo o torna suspeito, especialmente quando imaginamos que é composto por trabalhadores imateriais especialistas, imersos em um fluxo mundial de comunicações em rede (Federici, 2019, p. 332).

De acordo com essa perspectiva, a classe trabalhadora não é uma massa uniforme e sem particularidades, ou uma multidão centralizada no trabalhador homem. Essa figura quase mítica expressa a misoginia imperante na época, sendo um recurso adotado por uma masculinidade supostamente de esquerda que se recusava a enxergar as discussões em torno da identidade, por colocarem em cheque seus privilégios e campos de domínio. É preciso considerar analiticamente a classe sem descartar as outras relações sociais, pois marcadores

de gênero, sexualidade, raça/etnia e religião perpassam a vivência da classe trabalhadora e contribuem para o processo de vulnerabilização dos sujeitos.

Conforme Efrem Filho, as “relações de classe perfazem relações de gênero, as quais reciprocamente perfazem relações de classe, mas também formas de racialização, conflitos territoriais” (Efrem Filho, 2018, p. 200). Por isso, o campesinato deve ser entendido em suas particularidades, por ser o principal agente político do MST e representar um setor social heterogêneo e diverso com inúmeros atravessamentos interseccionais. Essas particularidades das relações sociais, ligadas à diversidade, se veem implicadas na conformação do camponês enquanto sujeito da luta pela terra.

Entretanto, cedendo à pressão em torno da ideia de divisão de lutas e para evitar a retirada das prioridades do MST, a orientação era de que as mulheres Sem Terra buscassem a organização política pautada nas questões de gênero fora do Movimento. Caso surgisse o interesse nessas discussões, as mulheres deveriam “buscar se organizar em movimentos autônomos de mulheres rurais, como o MMTR” (Santos e Picolotto, 2019, p. 245), espaços em que haveria uma centralidade para as pautas de interesses específicos das mulheres. As mulheres estavam encontrando diversos obstáculos para implementarem as reflexões sobre seu lugar na luta e na ocupação de terra dentro do MST, por conta dessas contradições internas.

Então, a partir da participação no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1986, no MMTR (criado também em 1986) e demais movimentos autônomos regionais, as mulheres Sem Terra sistematizaram uma perspectiva mais revolucionária, e a clareza sobre a necessidade de fortalecerem os movimentos de mulheres camponesas externos. Nessa composição, uma entrevistada aponta que até hoje “muitas mulheres que moram em assentamentos nossos não compõem os coletivos de gênero e as instâncias do MST, mas compõem esses outros movimentos” (Pereira, 2024). Logo, o discurso de divisão de lutas e a adesão maior das mulheres Sem Terra aos movimentos autônomos enfraqueceram a Comissão Nacional das Mulheres até sua extinção oficial, em 1989.

O fim da Comissão não foi seguido por nenhuma outra forma de organização das mulheres em uma escala maior dentro do MST, e o que se observou foi um período de vazio organizativo de caráter nacional até o ano de 1995. Esse período foi marcado pela diminuição da organização política das mulheres no Movimento, que ficou restrita aos movimentos autônomos, e a baixa participação feminina nos espaços decisórios Sem Terra. Apesar de haver exemplos pontuais de grupos e coletivos de mulheres nesse período, com a formação de lideranças políticas femininas, elas eram experiências locais ou regionais, e não recebiam

apoio da organização nacional do MST. Sobretudo nos assentamentos, percebia-se a pouca participação feminina nos espaços de decisão, como enfatiza Gonçalves (2009) em relação a este período:

Isto significa que a instância decisória do MST tem de lidar com os problemas encontrados junto à sua base, sobretudo nos assentamentos onde predominam a lealdade à tradição ao lado de uma dinâmica conservadora da organização social. Nos assentamentos, enquanto os homens vão para a roça, as mulheres ficam em casa cuidando das atividades domésticas, tal como no processo de “socialização dos corpos”, em que o corpo masculino se estruturará no fora e no produtivo. [...] Observa-se, sobretudo no espaço dos assentamentos, uma relação de hierarquia entre os gêneros, uma valorização diferente do trabalho das mulheres, mesmo quando estas exercem as mesmas atividades que os homens. Esta “tradição” nos assentamentos é reforçada pela divisão sexual explícita no próprio contrato de concessão da gleba: o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente” (Gonçalves, 2009, p. 202).

Essa carência de apoio a nível nacional para a organização política das mulheres agravou as dificuldades de acesso aos cargos na Direção Nacional do MST, sua principal instância política de representação. O ano de 1994, 10 anos após sua fundação oficial, ficou marcado no percurso histórico do Movimento Sem Terra como apenas a segunda vez em que uma mulher chegou à Direção Nacional do MST. Conforme declaram Santos e Picolotto (2019) “no Primeiro Congresso Nacional do Movimento duas mulheres faziam parte da direção nacional, então [...] podemos inferir que até 1994 se contabiliza três mulheres na direção nacional do MST” (Santos e Picolotto, 2019, p. 246).

Nos anos 1990, o breve hiato no processo de auto-organização das mulheres Sem Terra nas instâncias de representação coincidiu com um momento em que o MST precisou “recuar um pouco pra se concentrar em algumas estratégias de sobrevivência e de conflito, pra depois retomar e reestruturar tudo” (Pereira, 2024). Uma das hipóteses levantadas durante as entrevistas é de que, quando a Organização precisou focar na sua sobrevivência imediata e em estratégias de enfrentamento aos projetos de criminalização dos movimentos sociais do campo, outras pautas que agregavam diversidade à luta foram aos poucos deixadas de lado. Esse contexto ocorreu durante as gestões de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando o Estado reagiu com muita hostilidade às lutas pela Reforma Agrária (Carter, 2009).

Com isso, o presidente Collor se mostrou favorável aos grandes proprietários de terra e desestabilizou o MST, “invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país” (Fernandes, 2009, p. 170). Durante seu governo, a Organização enfrentou inúmeros obstáculos para a sua territorialização e precisou diminuir o número de ocupações. A Era

Collor foi um grande baque para a classe trabalhadora como um todo, “não só pela corrupção que ele simbolizou, mas sobretudo pela forma como tratou as organizações sociais e as questões sociais” (Stédile e Fernandes, 2005).

Segundo Fernandes (2009), foi então que o MST buscou se reformular para melhor resistir à repressão do governo federal, investindo em sua organização interna e desenvolvendo atividades nos territórios já conquistados. Após os escândalos de corrupção que levaram à destituição de Collor, a situação melhorou brevemente com a posse do presidente Itamar Franco em outubro de 1992, que governou até 1994. Franco se mostrou menos combativo com relação aos movimentos sociais do campo e à pauta da democratização do acesso à terra, sendo “o primeiro presidente a receber o MST para negociar, encontro que significou um momento singular na história do Movimento” (Fernandes, 2009, p. 170).

Contudo, nas eleições de 1994 houve a vitória de Fernando Henrique Cardoso, cujo projeto neoliberal representou um período de inúmeras dificuldades nas reivindicações pela Reforma Agrária. A política do governo descaracterizou a luta pela terra e agilizou o processo de mercantilização da terra, ao defender “uma leitura da realidade brasileira dizendo que não existe mais problema agrário na sociedade” (Stédile e Fernandes, 2005, p. 139). Segundo Fernandes (2009), o governo FHC adotou a tese de que não existiam mais latifundiários no Brasil e a quantidade de famílias Sem Terra era baixíssima, mas a organização de novos acampamentos e ocupações desbancou esse entendimento. Como explica a entrevistada ao falar sobre esse período:

É assim, a gente não vem sempre cada vez mais se fortalecendo e crescendo, é como ondas. Tem momentos em que a gente tá bem fortalecido, do ponto de vista das mulheres, mas serve também pro Movimento. Tem momentos em que a gente tá em baixa, que os nossos quadros não são dedicados à pauta, porque são muitos modos de sobrevivência que nós temos. E tem momentos em que a gente tá muito concentrado em garantir a sobrevivência da Organização. Foram momentos bem difíceis nesse período. Essa coisa da criminalização do Movimento Sem Terra é forte porque, se nós pegarmos o governo do Fernando Henrique Cardoso, nós conquistamos muitos territórios, mas foi uma época de muitos conflitos e de aprovar leis que criminalizavam a nossa luta. Você não pode o tempo todo só avançar, tem horas que tem que recuar um pouco. Não é que você desiste, você recua um pouco pra depois dar passos mais largos (Pereira, 2024).

Diante do exposto, entende-se que ao longo dos anos 1980 as mulheres Sem Terra adotaram uma postura de protagonismo na luta pela Reforma Agrária, mas não receberam um suporte de representação orgânica do MST. Esse Movimento, cujas bases de sustentação originais eram uma política hegemonicamente masculina, não deu espaço e visibilidade para

as mulheres, deixadas em segundo plano por diversas vezes. Assim, a primeira metade da década de 1990 trouxe grandes impasses não apenas para esse processo de auto-organização feminina nas instâncias de representação, mas para a Organização como um todo. Porém, a partir de 1995, a presença feminina na luta voltou a ganhar força, e o MST passou a ver seus agentes políticos “não como um bloco homogêneo, mas no movimento das contradições sociais que formam os sujeitos da classe, [...] desafio fundamental para qualquer Organização que se proponha a ser Instrumento Político” (Setor de Gênero, 2021, p. 8).

### **3.2- Advento dos debates contemporâneos sobre gênero: Coletivo Nacional de Mulheres e Coletivo Nacional de Gênero**

Logo, as mulheres Sem Terra ao longo desses 40 anos orientaram seus esforços para uma maior participação nas instâncias de representação política do MST, por compreenderem como a misoginia e a estrutura patriarcal impactavam sua vivência no campo. Foi então criado o Coletivo Nacional de Mulheres, em 1995, quando o MST se organizou novamente em nível nacional para a participação política das mulheres, não mais terceirizando as pautas de gênero para os movimentos autônomos de mulheres rurais (Gonçalves, 2009). Assim, o debate sobre a mulher Sem Terra é retomado para o interior do Movimento, com a intensificação das discussões sobre o seu papel nas lutas sociais.

Além disso, a articulação entre classe e gênero ganhou mais importância na luta pela Reforma Agrária, uma vez que o Coletivo pressionou as instâncias de direção do MST a assumirem como missão a construção de novas relações de gênero. Iniciativas como as organizações regionais e os encontros nacionais de mulheres rurais se tornaram mais frequentes, dando força para as discussões sobre a participação feminina na organização interna do MST. Essas múltiplas experiências de estruturação no interior do Movimento representam o percurso de crescimento do debate sobre as relações de gênero, vinculadas a um projeto de sociedade democrático e popular. O Coletivo Nacional de Mulheres trouxe medidas voltadas à inclusão de mulheres nas instâncias de representação política, conforme apontado por Santos e Picolotto (2019):

Levando em conta a baixa presença das mulheres nos postos de direção da organização, as ações pensadas para os acampamentos e assentamentos com vistas a tornar mais efetiva a participação feminina envolvem desde o processo de conscientização sobre a necessidade da participação das mulheres na luta pela terra, até a projeção de lideranças para as instâncias. Também é previsto no plano de ação a realização de encontros municipais e reuniões entre mulheres e ainda a garantia de

participação das mulheres nas associações e cooperativas e a titularidade do lote. Para que a participação das mulheres seja possibilitada é necessário adequar o horário de reuniões de acordo com a disponibilidade delas (Santos e Picolotto, 2019, p. 253).

Portanto, a contribuição de mulheres para a luta política se tornou um ponto central do MST, que adotou como desafio criar mecanismos de ampla inserção delas nos processos decisórios. O Coletivo Nacional de Mulheres, então, buscou implementar trabalhos de base e de formação política, projetar mulheres para cargos de direção e garantir as condições necessárias para a participação feminina efetiva nas instâncias (Santos e Picolotto, 2019). Isso representou um aumento significativo de importância para a luta conjunta das mulheres Sem Terra e sua atuação nos espaços de decisão do Movimento.

Aos poucos, as pautas centralizadas na figura da mulher foram se tornando obsoletas e outras análises ganharam mais força no interior do Movimento, haja vista que as “experiências organizativas das mulheres nos acampamentos e assentamentos, assim como a própria vivência das lideranças femininas, levaram ao debate relativo às questões de gênero” (Gonçalves, 2009, p. 209). Esse salto de importância do debate sobre o gênero mostra a amplitude das discussões que agora estavam sendo introduzidas, abarcando não apenas as mulheres, mas também os homens do MST. Com isso, o Coletivo Nacional de Mulheres passa em 1999 a se chamar Coletivo Nacional de Gênero. A importância desse processo histórico é apontada por uma entrevistada:

Então quando essa participação desse Coletivo de Mulheres vai se reestruturando e passa a ser um Coletivo de Gênero, é quando o Movimento se coloca como um movimento também de uma pauta feminista. E a organização do Coletivo de Gênero dentro do MST fortaleceu que fosse criado o Coletivo LGBT. Então foi preciso que a gente tivesse a possibilidade de ir vivendo com essa diversidade para ir vivendo esses papéis. E como nós não somos uma bolha, todas as coisas que têm na sociedade também têm nos nossos acampamentos e assentamentos. E como é que se resolve? Discutindo, criando um curso de formação e sempre voltando para qual é o nosso papel. A luta é para viver melhor e com mais qualidade, e por isso é posto o tempo todo pelo Movimento as campanhas contra as violências doméstica, contra a LGBTfobia, e entra nessa diversidade também. Aqui, nos coletivos de representação, a participação para ser legítima tenta representar um sujeito LGBT, um sujeito mulher. Os homens já estão lá desde sempre, então não é preciso discutir a participação deles, porque já é dado na sociedade. É a hegemonia, digamos assim. Agora, os outros sujeitos, a juventude, as mulheres e os sujeitos LGBT, esses a gente precisa ser vigilante e discutir (Pereira, 2024).

Isso mostra o porque esse elemento de gênero também é incorporado aos materiais de formação do Movimento, ao se articular com os recortes de raça, sexualidade e classe, sendo uma das estruturas de dominação historicamente apropriadas pelo capital. Segundo Joan

Scott, o gênero é uma categoria cujas relações se dão na esfera dos "processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos" (Scott, 2019, p. 64). Ou seja, o entendimento de pertencimento a um grupo a partir da análise de características comuns com ele e de distinção com relação aos outros grupos.

Conforme a autora, mostra-se necessário então trazer um rigor científico para a definição do gênero como uma categoria de análise, apontando as diferenças dessas questões com o sexo biológico e as orientações sexuais, ou sexualidades, constantemente invisibilizadas. Afastando-se do discurso de essencialismo biológico e da naturalização dos papéis sociais ligados às mulheres e aos homens, o MST passou a entender o gênero como uma categoria diferenciada do sexo. Como sintetiza Butler (2019):

Se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da 'pessoa' transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (Butler, 2019, p. 21)

O gênero não é uma categoria estável ao longo do tempo, pois as identidades de "homem" e "mulher" são situadas em contextos específicos e construídas a partir da repetição estilizada dos atos. Diante dessa lógica, entende-se esse elemento como a forma de expressão ou autodefinição do indivíduo na sociedade como homem, mulher, ou outros, e sua representação através dos papéis sociais. Logo, essa autodefinição é entendida como uma prática social, abarcando a miríade de expressões culturais e identidades, em contraste com o binário da ordem de gênero patriarcal (Butler, 2018).

Portanto, os problemas centrais do gênero estão inseridos nos cenários de simbolismos e expressões: o eu; a subjetividade; a voz; o discurso; a categoria; a representação. Essas práticas cotidianas são corporificadas e naturalizadas, em um processo complexo, repleto de contradições e multifacetado, estabelecendo distintas relações de gênero e envolvendo experiências performativas (Butler, 2019; Connell, 2016). Dessa forma, segundo Butler (2019):

não existe uma 'essência' que o gênero expresse ou externalize nem um objetivo ideal ao qual aspire; como o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero. [...] Os autores do gênero ficam encantados com suas próprias ficções; desse modo, a própria construção faz com

que se acredite que ela é necessária e natural. As possibilidades históricas materializadas em vários estilos de corpo nada mais são do que essas ficções culturais reguladas por punições, alternadamente corporificadas e disfarçadas sob coerção (Butler, 2019, p. 6).

Como afirma Connell (2016), as ordens de gênero não são homogêneas ou estáveis, pois são formadas e reformadas de acordo com o avanço do tempo. Distante do binarismo normativo que define a masculinidade e a feminilidade a serem seguidas, há uma multiplicidade das configurações de gênero dentro das estruturas, e padrões de hierarquização entre os modelos de masculino e feminino. A natureza da prática de gênero é multidimensional, pois “existem múltiplos caminhos de formação do gênero, à medida que as crianças crescem, mas não são questões de livre escolha” (Connell, 2016, p. 237).

Assim, o gênero é uma eterna ficção de comportamentos estilizados e repetidos, cuja imposição se dá pela cultura dominante e a manutenção pelos sujeitos sociais que o incorporam e naturalizam. Isso se diferencia do sexo, que se refere ao órgão genital e às características corporais presentes no nascimento, enquanto a sexualidade representa a fonte de atração ou desejo afetivo e sexual do indivíduo. Ademais, esse reconhecimento pessoal enquanto homem ou mulher é complexo e não depende apenas das características corporais do sexo biológico, mas principalmente da forma como o indivíduo pode se enxergar dentro de um grupo social. Nesse sentido, compreendendo a importância dessas análises, uma das entrevistadas aponta que:

Eu acho que essa discussão da pauta de gênero foi uma discussão que veio vindo de fora pra dentro do Movimento. Com o crescimento dos grupos de mulheres, dos grupos de LGBTs e o aumento dessa base do MST, foi forçando que se discutisse não somente as mulheres, mas a fazer um debate de gênero. E outra coisa também é que a gente foi entendendo que não bastava discutir a questão da mulher com as mulheres. Era necessário que se discutisse com as mulheres, e essa é uma batalha que a gente tem pras mulheres que precisam entender dentro do MST o seu foco específico, mas é preciso discutir com os homens sobre o machismo. Não basta transformar as mulheres do MST, é preciso que os homens tenham a mente transformada. Então por isso que a gente fala que tem que discutir a questão de gênero, mas com quem é que a gente vai discutir? Vamos discutir com o homem e com a mulher, mas para além das relações homem-mulher, porque é por isso que a gente começou a discutir gênero. Em vez de ter somente os grupos de mulheres, os coletivos de mulheres, a gente passou a ter um Coletivo de Gênero fazendo uma ampliação da discussão (Pinheiro, 2024).

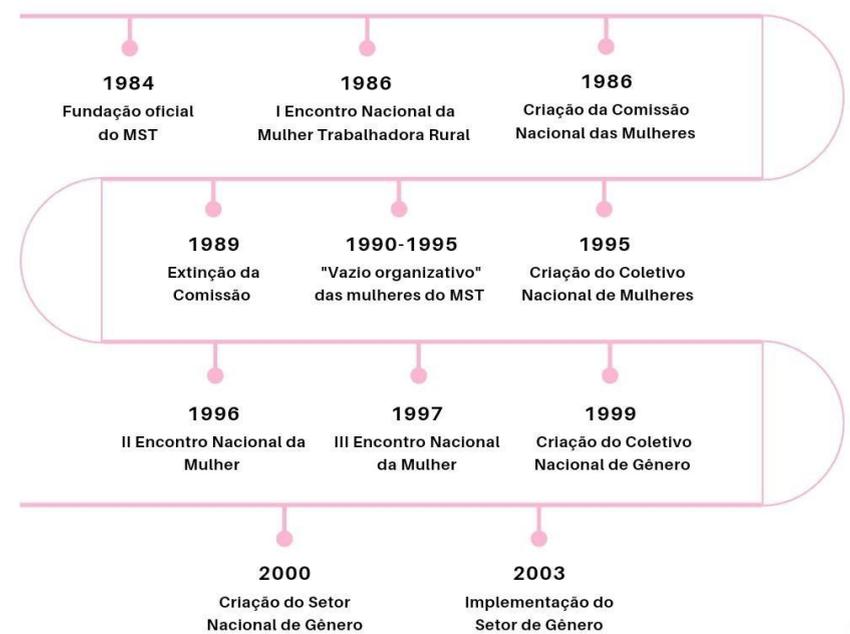
Com isso, o MST vem se atualizando nos debates sobre a diversidade ao deixar para trás o foco nas “coisas de mulher” e assumir o gênero como ponto crucial (Setor de Gênero, 2021). Partindo desse princípio, de acordo com Santos e Picolotto (2019), o diálogo constante do Coletivo de Gênero com as lideranças do MST se voltou para um caráter mais teórico e

reflexivo, o que despertou fortes questionamentos sobre os velhos hábitos comportamentais de mulheres e homens Sem Terra. Fruto de um processo colaborativo de quase 15 anos de luta das mulheres Sem Terra, o Coletivo trouxe mais visibilidade para os espaços organizativos ocupados por elas, discutindo as relações de gênero, o feminismo e a luta de classes. É um ponto abordado por Gonçalves (2009), que afirma que:

É difícil encontrar uma trajetória linear que detalhe precisamente as razões que levaram o Coletivo Nacional de Mulheres a se tornar Coletivo Nacional de Gênero e menos ainda que explique a alteração deste para Setor Nacional de Gênero. Uma das coordenadoras do Setor Nacional de Gênero nos revelou que havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres e que era necessário que esta temática fizesse parte da própria estrutura organizativa do Movimento dividida em Setores e predominantemente ocupados por homens (Gonçalves, 2009, p. 208).

O momento histórico pedia por essa ampliação de perspectiva, que não podia ficar restrita às questões específicas das mulheres, mas sim tratar das relações de gênero. Isso marca um ponto de virada no pensamento sobre a mulher na luta pela e na terra, uma vez que as camponesas têm o entendimento de que precisam reivindicar maior representação nas instâncias organizativas do MST, e não se fechar em seu próprio nicho para discutir seus problemas específicos como grupo. Essas iniciativas foram fundamentais para pensar quais os objetivos da mulher do campo na luta pela Reforma Agrária, e se deveria ou não ser criado um movimento autônomo ao MST, como era debatido no momento anterior.

FIGURA 5 - Linha do tempo da auto-organização das mulheres no MST, destacando as instâncias.



FONTE: Elaborada pela autora (2024).

### 3.3- Consolidação do Setor de Gênero e ligações com o Feminismo Camponês Popular

As demandas por participação feminina na luta pela terra e o novo entendimento sobre a relevância de debates amplos sobre o gênero levaram à criação do Setor de Gênero do MST, em 2000. O Setor de Gênero, construído de forma orgânica pelas mulheres Sem Terra, passa a operar de fato em 2003 com o objetivo de estabelecer novas relações de gênero, vinculadas às relações de poder, no campo e em locais ligados ao Movimento. Para isso, seus esforços giram em torno da presença igualitária de mulheres e homens, da nucleação de base até os setores, e da participação efetiva de mulheres nos espaços de decisão. Ademais, ao longo da história do MST, o Setor de Gênero:

foi sendo conduzido de cabo a rabo, fio a pavio, por mulheres e isso já não incomodava mais. Fomos organizando grupos produtivos de mulheres nos assentamentos; pautando o tema da violência como política pública, mas também dentro do Movimento nas suas diferentes dimensões; aprofundamos os estudos de feminismo e marxismo, e a importância de demarcar um feminismo camponês e popular (em debate, construção); fomos organizando intervenções em espaços internos; criando condições políticas para participação efetiva das dirigentes; projetando mulheres para assumir os grandes temas nos encontros; escrevendo nossa história e valorizando a memória das companheiras que forjaram a Organização; garantindo os espaços de auto-organização e as assembleias das mulheres e muitas outras coisas (Setor de Gênero, 2021, p. 10).

Entretanto, como em qualquer movimento político, há diversas contradições internas que afetam a atuação do Setor, como o pouco comparecimento de homens nos debates sobre gênero e o estranhamento inicial das suas militantes com o Feminismo. Essas problemáticas vêm sendo superadas ao longo dos anos, e o Setor passou por uma evolução significativa, que representou um avanço quanto às conquistas internas e externas. Portanto, é essencial retomar as reflexões levantadas por uma entrevistada:

Mas a gente entendeu que a participação das mulheres era fundamental, que essa emancipação das mulheres e a luta por igualdade não são um debate só das mulheres. E o gênero é pra gente entender quais são as amarras que precisam ser superadas pra poder construir essa igualdade de gênero. Porque a desigualdade existe, não somos nós que decidimos a partir da nossa vontade. As condições de um homem participar de uma luta política são muito mais dadas que as condições de uma mulher. Então, eu acho que as mulheres que sempre participaram do Movimento desde o seu início foram criando condições para que meio que se igualasse. Claro que ainda não são iguais, mas hoje já avançou bastante (Pereira, 2024).

Com isso, atualmente o Setor de Gênero do MST dá centralidade à construção de um feminismo revolucionário aliado à consciência de classe, a partir da realidade das mulheres camponesas (Setor de Gênero, 2021). Essa vertente do feminismo é entendida pelo MST como o Feminismo Camponês Popular (Seibert; Guedes e Mafort, 2021), com identidade e revolucionário, inserido no movimento feminista das mulheres trabalhadoras. A luta do feminismo e do MST é comum, pela emancipação social e política, mas a mobilização coletiva das mulheres do campo, construída a partir das suas experiências e da vida cotidiana, foi responsável por redirecionar o feminismo contemporâneo e os próprios movimentos sociais do campo.

Por conta das bases do Feminismo Camponês Popular (FCP) serem ideais revolucionários, essa vertente se contrapõe a teoria feminista liberal que permeia o imaginário social. Esse feminismo liberal é caracterizado por uma crítica ao patriarcado que não repensa o cerne da questão, a estrutura capitalista que possibilita o sexismo, despolitizando as discussões sobre gênero. Conforme Bell Hooks (2022), o esvaziamento do feminismo de suas questões políticas e de classe é histórico, remetendo aos conflitos entre pensadoras reformistas e revolucionárias.

Enquanto as feministas revolucionárias visavam romper com a estrutura patriarcal e transformar de forma ampla a sociedade, as feministas reformistas optaram por modificar o sistema por dentro, ao enfatizarem a importância da igualdade de gênero. A partir do momento em que as “mulheres podem ser feministas sem fundamentalmente desafiar e mudarem a si mesmas ou à cultura” (Hooks, 2022, p. 23), o ideal político emancipatório aos poucos foi removido da bandeira de luta feminista.

Surge então o feminismo liberal, que preconiza o empoderamento individual e o estilo de vida, e não mais uma visão de mudança social coletiva que desafia as questões estruturais. Essa foi a vertente que recebeu atenção da mídia e se consolidou no imaginário social, ofuscando as origens radicais do movimento feminista. À medida em que as mulheres privilegiadas passaram a alcançar as mesmas oportunidades que os homens de sua classe, a preocupação com a realidade das mulheres pobres, trabalhadoras e racializadas perdeu ainda mais espaço no debate público. Por isso, Hooks (2022) argumenta que há a necessidade de:

um movimento feminista radical de base, fundamentado na força que teve no passado, incluindo os ganhos positivos gerados pelas reformas, enquanto oferece questionamentos significativos da teoria feminista existente, que simplesmente estava equivocada quando nos ofereceu novas estratégias. De maneira significativa, um movimento visionário fundamentaria seu trabalho nas condições concretas de mulheres trabalhadoras e pobres (Hooks, 2022, p. 73).

Nesse contexto, as interseções entre classe e raça se evidenciaram, uma vez que a posição social das mulheres racializadas e trabalhadoras as colocava na base da pirâmide no sistema capitalista-racista-patriarcal. Dando ênfase a essa questão racial, Lélia González (2020) faz uma reflexão essencial sobre as contradições dos movimentos feministas latino-americanos, pois “dentro do movimento de mulheres, as negras e as indígenas são o testemunho vivo dessa exclusão” (González, 2020, p. 139). A autora relata o seu processo difícil de aprendizado na busca de sua *amefricanidade*, ou seja, uma identidade negra e latino-americana, visto que as mulheres negras e ameríndias na sociedade brasileira vivem em uma situação de discriminadas entre os discriminados.

Mesmo no movimento feminista, que trouxe tantas conquistas para as mulheres ao se inserir no debate público e revelar as bases materiais e simbólicas da opressão patriarcal, os ecos do racismo ainda eram sentidos. Enquanto as mulheres brancas e privilegiadas alcançavam poder dentro da estrutura econômica existente, as trabalhadoras pobres permaneciam em uma situação de subalternidade (Hooks, 2022). Buscando a teoria e a prática feministas, as mulheres racializadas não encontraram a sororidade almejada, mas sim as mesmas práticas de exclusão, silenciamento e dominação racistas com que precisavam conviver em seu cotidiano (González, 2020).

Como evidencia Angela Davis (2016), houve uma relutância histórica das mulheres brancas privilegiadas, incluindo as feministas, em reconhecer a importância da luta por emancipação social das trabalhadoras negras. Muitas militantes feministas de classe média perpetuavam contra as mulheres negras a mesma opressão contra a qual protestavam, ao se mostrarem insensíveis à realidade daquelas vistas como menos do que seres humanos. Essas feministas privilegiadas “carregavam uma pesada responsabilidade por sua inumanidade” (Davis, 2016, p. 105), pois o comportamento contraditório e o racismo por omissão demonstravam o seu papel ativo na opressão das mulheres negras trabalhadoras.

O FCP vai na contramão dessas vertentes liberais e atende às demandas por um movimento radical, ao articular classe, raça e gênero em uma só luta e pensar nos elementos da condição feminina do campo. Elementos que se relacionam com a luta pela Reforma Agrária Popular, a produção de alimentos sem veneno, o livre acesso à terra para a reprodução social, a defesa da agricultura familiar, a aliança de classes com os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e os trabalhadores urbanos e o enfrentamento ao Agronegócio (Setor de Gênero, 2021). O FCP também se articula inexoravelmente com as mudanças ideológicas e comportamentais pelas quais passam os movimentos feministas

contemporâneos, a partir da expansão de seus horizontes e da priorização da “luta contra o racismo e o patriarcalismo sob uma perspectiva anti-imperialista” (González, 2020, p. 149). Unindo essas reflexões sobre o FCP às análises de Hooks, Davis e González sobre classe e raça, uma das entrevistadas enfatiza que:

A gente até acha interessante colocar também essa questão do feminismo negro, porque se nós formos parar pra olhar essa história de luta das mulheres, e especificamente a história de luta das mulheres no Brasil, nós vamos ver que enquanto as mulheres brancas estavam discutindo o feminismo, as mulheres negras estavam nas cozinhas delas. Então não é possível você discutir hoje a questão do feminismo sem discutir especificamente o feminismo negro, porque há muita diferença. Assim como o Feminismo Camponês Popular é uma identidade das mulheres camponesas e que a gente precisa discutir e tem um diferencial, o feminismo negro também. Porque é muito mais recente, inclusive, a luta e o estudo das mulheres negras. O feminismo negro precisa hoje, por exemplo, estudar quem são as nossas representantes com relação a essa discussão, que são pouquíssimas. Então isso também vale para o movimento camponês, enquanto as mulheres da cidade estavam se emancipando e discutindo as questões da liberdade e tal, nós camponesas estávamos lá no trabalho da roça, da cozinha e da servidão aos homens. Então é preciso que a gente discuta para além do MST, mas realmente a partir desse feminismo (Pinheiro, 2024).

Por isso, esse feminismo é um dos pontos-chaves do Setor de Gênero, ao inspirar as mulheres do campo a se organizarem e conduzirem diversas ações de forma orgânica. Algumas dessas ações se materializam mediante os grupos produtivos de mulheres nos assentamentos, a abordagem constante da temática da violência de gênero e a preservação da memória histórica das companheiras de luta (Hora; Nobre e Butto, 2021). Porém, a principal pauta a ser discutida é como projetar mulheres para alcançarem espaços de tomada de decisão, criando as condições necessárias para efetivamente participarem da agenda política do MST.

Diante dessa análise, Gonçalves (2009) aponta como o Setor de Gênero buscou ao longo de sua história debater o papel das mulheres Sem Terra e reformular as relações sociais desiguais de gênero nos assentamentos do MST. Esse entendimento considera que enquanto a efetiva participação feminina nos espaços decisórios do MST não for discutida, e seus territórios não forem repensados enquanto um “lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres” (Gonçalves, 2009, p. 202), as mulheres Sem Terra vão continuar enfrentando essa dinâmica de exclusão sistemática. Por isso, entende-se que:

Sem perder de vista o caráter de classe que a própria luta pela terra impõe, a trajetória das mulheres do MST é exemplo significativo de como dentro dos diferentes espaços se pode desconstruir e reconstruir as chamadas relações de gênero. Recorrer ao conceito de gênero tornou-se uma necessidade até mesmo pela maneira como o debate foi introduzido no MST: os coletivos de mulheres, que

acenavam para uma discussão em torno de questões ditas “específicas”, deram surgimento aos coletivos de gênero que, por sua vez, fizeram emergir os setores de gênero, indicando uma alteração nos objetivos e colocando em evidência o anseio por transbordar a discussão para além das fronteiras de gênero, derrubando por vezes as trincheiras machistas que resistiam (e resistem!) no interior do Movimento (Gonçalves, 2009, p. 214).

Por outro lado, a contemporaneidade mostra que a luta não está ganha, ao propor novos desafios para o Setor de Gênero e suas militantes dentro do MST. O principal deles relaciona-se com a auto-organização das LGBTs Sem Terra, mostrando a importância de se repensar o gênero, a sexualidade e o patriarcado a partir da lógica dessa comunidade. Como uma das entrevistadas declarou, esses sujeitos aos poucos “vem cultivando esse espaço, inspirados pelas mulheres na sua gênese aí do Movimento” (da Silva, 2024). Assim, tanto o Setor quanto o próprio MST se reinventam a partir da intensificação desse debate nos anos 1990 e 2000, ao entender a necessidade de inclusão de novos sujeitos sociais e suas lutas, que se conectam diretamente com a questão Sem Terra. Essa inclusão mostra-se especialmente urgente no momento atual de calamidade do sistema capitalista, que:

aumenta a desigualdade social e consequentes processos de violência, onde as mulheres, as LGBT, as/os negras/os e a juventude, são os mais atingidos. E no campo brasileiro, estão os mais altos índices de concentração de pobreza extrema. O momento político que vivemos nos convoca a reafirmar nossos compromissos da construção socialista e feminista. Resistir no campo é também uma luta cotidiana pela construção de uma nova sociabilidade, com novas relações de trabalho, com uma nova matriz produtiva baseada na soberania alimentar e na agroecologia, como propõe a Reforma Agrária Popular (Setor de Gênero, 2021, p. 72).

Diante disso, é notável como as inquietações a respeito das relações de gênero no campo partem dos próprios sujeitos, de maneira auto-organizativa, procurando formas de se estruturar nas instâncias organizativas do Movimento. Eles representam sementes em conspiração, cultivando uma luta interna que potencializa essa diversidade sexual e de gênero no MST e no campo como um todo, ao dar visibilidade e reconhecimento à questão feminina e LGBT em um contexto tão marcado pelo conservadorismo. Com isso, essa luta interna foca em linhas políticas específicas, relacionadas principalmente ao combate contra o patriarcado e à pauta da RAP. Como afirma uma entrevistada:

Então para nós, na luta pela terra, a gente conseguiu ao longo desses 40 anos do MST entender que ela também tem que passar por uma luta contra os tipos de violência, por uma luta contra o racismo e também uma luta contra a LGBTfobia. Então, essa é uma sistematização que o MST vem fazendo a partir dos seus sujeitos, ou seja, quem é que constrói o MST? É essa diversidade, e à medida que essa diversidade põe na mesa suas pautas específicas, elas fortalecem essa bandeira que a gente chama de maior. Para o Movimento, essa bandeira não é literalmente maior,

mas porque agrega e se fortalece a partir dessas especificidades. Então a conquista da terra é fundamental na nossa concepção para que esses sujeitos de fato construam sua autonomia e sua emancipação (Pereira, 2024)

Logo, essa perspectiva antiviolença, antirracista, antipatriarcal e antiLGBTfóbica é fundamental para a emancipação defendida pelo projeto político do MST, “porque não tem como construir a Reforma Agrária Popular, com as relações humanas adoecidas” (da Silva, 2024). A RAP defende a organização dos sujeitos de luta, e o Setor de Gênero atua para que esses princípios sejam seguidos no interior do Movimento, com campanhas de conscientização, materiais de formação e outras medidas para combater os impactos danosos da sociedade patriarcal, racista, classista e LGBTfóbica. Infelizmente os mais diversos tipos de preconceito também são reproduzidos dentro da Organização, como destacado pela entrevistada, pois o MST não é “uma bolha, todas as coisas que tem na sociedade também tem nos nossos acampamentos e assentamentos” (Pereira, 2024).

### **3.4- Dimensões de atuação do Setor de Gênero**

Em outro segmento, os materiais internos do MST (2021) destacam as 4 dimensões do Setor de Gênero, sendo elas a política organizativa, a cultural, a econômica e a subjetiva. Com relação à dimensão política organizativa, vale pontuar o grande incentivo do Setor à participação efetiva das mulheres no MST, visto que, muitas já conseguem ocupar espaços de liderança, mas é preciso muito mais do que meramente estar nesses espaços. O que se observa é que ainda há uma prioridade de participação masculina, e as relações de poder dentro do Movimento são muito centralizadas na figura do homem, através da distribuição de tarefas e informações e na tomada de decisões. Atualmente há essa reflexão interna sobre a paridade de participação nas instâncias de representação Sem Terra e demais questões políticas, como destacado por uma entrevistada:

Nós sempre fizemos muito esse debate das mulheres dentro do Movimento. Quando a gente começa os debates sobre ter ciranda pra garantir a participação, sobre ter paridade de gênero, já foi dito que não podia ser só o homem. No começo nem tinha esse debate mais sistematizado de 50%<sup>4</sup>, mas já tinha isso de não poder ser só homem, nós não queríamos só um jeito de pensar. O debate das ideias passa pelo jeito que a cabeça de um homem pensa e que a cabeça de uma mulher pensa. Então a gente sempre teve essa questão. Nós também sempre tivemos essa clareza de que os movimentos de mulheres precisavam ser fortalecidos (Pereira, 2024).

---

<sup>4</sup> Atualmente o MST busca garantir 50% de participação de homens e 50% de mulheres nas atividades de formação política, nos núcleos de base dos Assentamentos e na Direção Nacional (1 homem e 1 mulher representam cada estado).

Esse é apenas um dos diversos empecilhos para a mulher militante dentro do MST, que enfrenta em seu cotidiano o assédio sexual, a distribuição de tarefas “menos prestigiadas” pelos homens e a falta de ambientes de apoio para as mães e seus filhos, como as Cirandas Infantis (Setor de Gênero, 2021). Logo, o Setor de Gênero demonstra a importância da adoção de uma postura de autocrítica pelos homens Sem Terra, tendo a humildade de reconhecer seu papel de opressores no sistema patriarcal. Essa autorreflexão é incentivada visando mudar o cenário político do MST, ainda fortemente marcado por uma misoginia disfarçada, que afasta as mulheres da militância.

É possível também observar a trajetória de avanços com relação à participação feminina na Direção Nacional, pois ao longo dos 40 anos de Movimento as mulheres Sem Terra travaram sua luta interna por representação. Atualmente há uma paridade de representação entre mulheres e homens na Direção, mas isso não foi concedido, e sim conquistado a partir do processo de auto-organização. O Setor de Gênero buscou construir um debate sobre o poder de representação, e não apenas sobre as mulheres nos grupos de base. Como declara uma das entrevistadas:

E aí, quando você começou a discutir isso de que as mulheres precisavam ter um poder de representação para além da base e deveria perpassar todas as instâncias do Movimento, então o Movimento começou a discutir inclusive a paridade na representação das mulheres. Ou seja, hoje você tem na Direção Nacional dois por estado, e é um homem e uma mulher. E isso é um avanço né, porque você sair de três mulheres na representação de uma coordenação nacional pra uma paridade, é algo que não sai assim do nada. Mas eu acho muito importante hoje o que acontece, essa ascensão da participação das mulheres, e eu te digo que essa mudança se deu por dentro do Movimento e com a luta das mulheres trabalhadoras rurais Sem Terra. (Pinheiro, 2024).

Há também a questão da presença da juventude em espaços da militância, uma vez que o MST envolve toda a família Sem Terra em suas atividades e em sua organicidade há o Coletivo Nacional de Juventude. Assim, é comum ver crianças e adolescentes em reuniões, assembleias e outros eventos políticos do Movimento, mas que em inúmeras ocasiões não têm um espaço específico pensado previamente para eles. Esse também é um empecilho para o maior envolvimento das mulheres na luta política nos assentamentos, visto que muitas delas são mães e não possuem uma rede de apoio para cuidar de seus filhos enquanto participam das atividades do MST. Assim, mostra-se importante pontuar uma análise feita por uma entrevistada:

Tem uma coisa que as mulheres vivem, uma dificuldade pra poder sair de casa, que são os filhos. Infelizmente os filhos ainda são da mãe, e isso pras trabalhadoras do campo tem um grau de dificuldade. Infelizmente no campo o machismo chega mais forte ainda, então você também tem essa dificuldade de sair. Então, as mães tinham muita dificuldade de participação, porque os homens tinham o entendimento de que mulher ficou pra cuidar da casa, a mulher não pode participar das atividades externas, suas atividades estão resumidas ao interno da casa. Então, tinha essa dificuldade de ter com quem deixar e cuidar dos filhos, o entendimento dessas discussões (Pinheiro, 2024).

Com o surgimento das cirandas infantis, essa problemática vem sendo minimizada. A militância Sem Terra aos poucos entendeu que o papel da mulher não é restrito ao ambiente doméstico, voltada aos cuidados com os filhos, mas também na vida política, como sujeito social. Como destaca uma entrevistada, essa “exigência das cirandas infantis para que as mulheres participassem das reuniões e pudessem participar em igualdade já foi uma chave de leitura” (Pereira, 2024).

Logo, as cirandas representam um espaço seguro para as crianças e adolescentes nos eventos, reuniões e outras atividades do Movimento, e aumentam significativamente a participação feminina nas questões políticas do Movimento. Isso é fundamental, visto que “é tarefa da organização criar as condições para as crianças ficarem em segurança e as mães ficarem em igualdade” (Pereira, 2024). Para além disso, há também uma questão apontada por outra entrevistada:

E tem uma outra coisa interessante que o MST consegue fazer diferente é que quando há uma mobilização das mulheres, nós fazemos o máximo pra que quem fique nas cirandas não sejam as mulheres, que sejam os homens. Porque assim, eu penso que não basta você falar da transformação, você tem que ser diferente, a sua ação tem que ser diferente. E uma das ações diferentes que o MST faz é a questão das cirandas e colocar, quando é uma mobilização das mulheres, pelo menos uma vez na vida os homens para cozinhareem e serem os educadores infantis. Então essa é uma prática do MST, uma prática permanente (Pinheiro, 2024).

Um último ponto abordado por essa dimensão que precisa ser erradicado é a violência sexual e de gênero, por ferir a dignidade das companheiras e manchar o Movimento, principalmente o assédio sexual. Muitas mulheres envolvidas nas questões políticas do MST relataram sofrer esse tipo de violação, em que a objetificação de seus corpos descredibiliza sua capacidade e torna esses espaços menos seguros para elas (Setor de Gênero, 2021). Um agravante dessa situação é o fato de muitas delas adotarem uma espécie de “uniforme” como forma de prevenção ao assédio e para serem escutadas nas reuniões, ao utilizarem roupas largas e compridas.

No começo do Movimento também houve essa grande dificuldade para as mulheres serem levadas a sério como militantes, e qualquer traço aparente de feminilidade era tratado como um diferencial com relação aos seus companheiros homens. Como relata uma das entrevistadas, não havia uma imposição direta do Movimento ou dos dirigentes homens, mas era perceptível que para integrarem as reuniões elas “tinham que se masculinizar muito. Ou seja, era de igual pra igual, era todo mundo de bota, de calça jeans, de camiseta” (Pereira, 2024). Segundo ela, era preciso que as companheiras antigas vestissem calça jeans e camiseta, calçassem botas, sem a liberdade de demonstrarem sua feminilidade. Por outro lado, conforme outra entrevistada, essa situação da participação nas reuniões vem mudando aos poucos graças à intervenção do Setor de Gênero:

Até aqui no Maranhão a maioria dos setores são coordenados por mulheres, então sobre esse aspecto nós avançamos bastante no poder político e na representação das mulheres. Isso tem uma importância enorme, porque a gente até costuma dizer que o MST é muito mais sensível a partir do momento em que as mulheres estão dirigindo também a organização. Hoje toda atividade que tem do MST e reuniões de direção, a gente tem uma reunião do conjunto das mulheres. Então já é uma previsão, já tá dentro das normas do MST, se você tem 3 dias de reunião, uma dessas é discutir a questão de gênero pras mulheres dirigentes se reunirem. Tem uma importância enorme hoje em dia a gente poder dirigir essa organização, pois anteriormente não foi. A organização era do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas dirigida por homens. E esse trabalho de base urgente e necessário contra a violência, a violência que as mulheres do campo e da cidade infelizmente passam (Pinheiro, 2024).

Já a dimensão econômica aponta para a necessidade de enfrentamento dos elementos que fortalecem as relações de poder patriarcais, como a divisão sexual do trabalho no campo, em que a mulher toma como sua responsabilidade principalmente o trabalho doméstico, afetivo e de cuidado. Com isso, outro ponto importante da análise foi estabelecido com base no conceito de reprodução social, que mostra como o trabalho feminino é um dos pilares da estrutura capitalista e é marcante para a manutenção da vida, mas é constantemente invisibilizado (Federici, 2019). Isso se dá devido ao fato das mulheres Sem Terra terem sua contribuição para a produção de renda não monetarizada desconsiderada, uma vez que a maioria delas realiza trabalhos na roça e no lar vistos como complementares ou auxiliares.

Além disso, há a carga do cuidado e do afeto, um estado de disponibilidade permanente para a família, dando o conforto necessário para a manutenção da vida e a produção do trabalho monetário (Nobre, 2021). As atividades e responsabilidades necessárias para reproduzir a vida são supridas por essas mulheres, que criam as condições necessárias

para os homens da família realizarem as atividades na roça, uma vez que “a reprodução social ainda depende do trabalho não remunerado das mulheres” (Federici, 2019, p. 345).

Muitas mulheres, como pontuado por Hora; Nobre e Butto (2021), inclusive valorizam mais o trabalho de roça, em que há um resultado mais visível, uma contribuição menos sutil para a produtividade e a renda do núcleo familiar, pois o que se colhe no campo gera recurso líquido que pode ser vendido como excedente. Por conta da ideologia patriarcal, o trabalho realizado na casa não é valorizado, como se não fosse dispendioso e necessário para a reprodução de todos que estão inseridos nesse espaço. A partir dessa análise, é válido destacar a configuração demonstrada por Delgado e Bergamasco (2017):

Entre os aspectos marcantes da Agricultura Familiar brasileira estão as formas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível”. Omissa nos compêndios de Economia, a família como instituição estratégica do meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. De fato, é dentro da unidade doméstica que se concentra o esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos (Delgado e Bergamasco, 2017, p. 10).

Com isso, a noção tradicional de trabalho não considera a participação das mulheres na geração de renda das famílias nos assentamentos, por se tratarem na maioria das vezes de atividades não remuneradas. O Setor de Gênero busca contemplar essas tensões sociais nas relações de gênero ao analisar as atividades de produção agrícola, reconhecendo as tarefas majoritariamente femininas. Esse tipo de trabalho, apesar de desconsiderado e muitas vezes deliberadamente ignorado, não é externo ao processo de produção e de acumulação capitalista, pois garante a reprodução social das famílias tanto quanto o salário ou o alimento excedente vendido, pois está na base da economia.

Ademais, o Setor também combate ativamente a violência patrimonial no controle produtivo, uma vez que incontáveis mulheres têm seu papel na produção agrícola pouco reconhecido e perdem sua autonomia dentro do lote familiar, diante das decisões do marido e “chefe de família”. O pai/marido não pode mais ser entendido como o “chefe de casa”, e a codireção das áreas de produção é levada em conta, uma vez que muitas delas são chefiadas em conjunto com a família (Hora; Nobre e Butto, 2021). Assim, o Setor de Gênero luta contra o apagamento da participação feminina na produção agrícola.

Adentrando a dimensão cultural do Setor, aborda-se a pluralidade de sujeitos políticos do Movimento. Nesse contexto, é perceptível como as bandeiras levantadas muitas vezes são hierarquizadas de acordo com a primazia masculina e heterossexual, levando em conta a

percepção errônea de “divisão da luta” ao tratar das particularidades dos sujeitos sociais. Muitos homens, cisgêneros e heterossexuais Sem Terra acreditam que a pauta única do MST é a terra, a luta pela Reforma Agrária, por crédito, por assistência técnica, pela criação das cooperativas, e que tratar de questões como a misoginia ou a LGBTfobia no campo tira o foco das questões importantes para o Movimento.

Contudo, essa interseção de vivências só evidencia a complexidade das lutas que atualmente trava o MST, e como o campo é um espaço de politização extremamente diversificado, com múltiplos sujeitos sociais. Como afirma Efrem Filho (2018), as relações sociais se fazem uma através da outra, sem apagar a relevância social de outros marcadores identitários nas vivências dos sujeitos. O autor ressalta que:

Gênero e sexualidade não consistem em “questões específicas”, não correspondem a “pautas identitárias”. São relações sociais e preenchem as experiências dos sujeitos. Nunca houve um “trabalhador” anterior às relações de gênero e de sexualidade, tampouco uma classe trabalhadora. O trabalho e a classe se fazem através das relações de gênero, sexualidade, racialização etc. Reciprocamente, nunca houve uma travesti anterior às relações de classe por meio da qual ela se faz sujeito, conjunta seus verbos, sobrevive às adversidades. Mesmo as questões convencionalmente tidas como “centrais” são tramadas em relações de gênero, de sexualidade, de racialização, etc., ou não explicaríamos aqueles números de homicídios ou as cortantes dinâmicas do Estado em nosso país (Efrem Filho, 2018, p. 204).

Por isso, há a necessidade de uma formação cultural, política e social que atue para a superação dessas noções discriminatórias na práxis militante, e que potencialize a diversidade do MST. Essa formação, segundo os materiais internos do Movimento (2021), tem como espaço central a escola, cujo potencial para estabelecer diálogos entre diferentes vivências é enorme. Todavia, as escolas brasileiras em muitas ocasiões servem de reflexo para a sociedade do capital, atuando para a manutenção da cultura dominante e reforçando papéis de gênero.

Uma educação problematizadora, ao se afastar desse ciclo vicioso de naturalização dos “velhos hábitos” e padrões de comportamento, assume seu papel de conscientização no enfrentamento da violência de gênero e das atitudes discriminatórias. As escolas podem colocar o gênero enquanto construção social, representando papéis atribuídos com base no sexo biológico às mulheres e aos homens. Enquanto o gênero feminino é entendido como sexo frágil, dependente e ligado ao trabalho de cuidado, o gênero masculino carrega os estereótipos de sexo forte, provedor, dominante (Connell, 2016). Conforme uma entrevistada,

a formação política que o MST propõe vem justamente na contramão dessas imposições sociais ligadas ao gênero e ao sexo, pois:

O MST tem uma estrutura de organicidade que são justamente os setores. E sobre esse aspecto, um setor que a gente tem que é de uma importância tremenda é o Setor de Formação. Então ali, para além dos coletivos de mulheres e do Coletivo LGBT, o Setor de Formação é o que vai chegar primeiro na base, fazendo essas discussões. A gente acredita muito que somente através da formação política há uma transformação de consciência. Então, o MST trabalha com o que a gente chama de batalha das ideias, e através dessa formação e da batalha das ideias a gente se coloca inclusive contra o capital. Porque isso tudo que a gente tá falando aqui de discriminação são criações do capital, a discriminação contra o idoso, a discriminação contra as mulheres, o machismo, o racismo. Isso tudo é um projeto do capitalismo. Então quando a gente se coloca contra isso, aí é a verdadeira transformação. E o MST especificamente trabalha ali muito exatamente na sua base, e ali eu te digo que é um trabalho difícil, porque a gente tem contra nós todo esse projeto que eu já te disse que é o capitalista, e o capitalismo tem mãos por todos os lados. Infelizmente as estruturas que nós temos são misóginas, racistas e preconceituosas (Pinheiro, 2024).

Segundo Bell Hooks (2022), essa conscientização está fortemente relacionada com a “importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido” (Hooks, 2022, p. 25). Através desse processo, os sujeitos sociais podem adquirir forças para desafiar o poder patriarcal nos espaços em que estão inseridos, ao confrontarem o seu sexismo internalizado. Principalmente no que diz respeito às mulheres, a conscientização política leva ao questionamento dos pensamentos e ações patriarcais, a partir do comprometimento com a emancipação.

A partir da complexidade dessa situação, as militantes que conformam o Setor de Gênero compreendem que os marcadores identitários de gênero, sexualidade, raça e classe cruzam-se nas relações de poder. E é um movimento em que o próprio MST passa ser o educador, ao possibilitar que os sujeitos venham “se formando a partir da militância, de cada território e parando em cada momento conjuntural pra estudar, pra acumular” (da Silva, 2024). Essa interseccionalidade se manifesta na escola, por se tratar de um espaço de convívio social, e funcionários, professores e estudantes sofrem os impactos dessa configuração social. Para uma entrevistada, a necessidade do estudo vem no sentido de “dar a voz a esses sujeitos e fazer com que essas pessoas cada vez mais participem, pra que de fato seja uma participação efetiva, uma participação substantiva mesmo” (Pereira, 2024).

Logo, os materiais de formação do Movimento (2021) pontuam que não há como escapar desse debate nas escolas, por ser uma realidade intrínseca à educação. As campanhas seguem o calendário das escolas e buscam realizar um trabalho de base humanista e cultural que atingisse toda a comunidade, estabelecendo uma “discussão pelo que a gente chama de

organismos vivos, nas escolas, nas igrejas, nos grupos de famílias” (Pereira, 2024). Assim como formar militantes comprometidos com as pautas sociais, o MST entende também a necessidade da formação política para estimular a reflexão crítica na juventude do campo e trazer a valorização dos sujeitos. Sobre esse processo de formação política, Rodrigues (2020) sintetiza que:

Portanto, entre os desafios que se impunham ao movimento estava o de clarificar as possibilidades da luta bem como a justeza das reivindicações e, principalmente, o de identificar seu horizonte, relativo ao significado maior que a questão agrária tem historicamente no país. Essas tarefas se relacionam ao desenvolvimento da consciência política e se colocavam no âmbito da formação política daqueles que compunham o movimento (Rodrigues, 2020, p. 149).

Seguindo essa abordagem, entende-se que “o processo de incorporação das questões de gênero pelo MST é uma conquista de organização das mulheres, e não uma iniciativa espontânea do Movimento” (Santos e Picolotto, 2019, p. 264), o que leva as instâncias decisórias a repensarem a lógica de distribuição das tarefas na organização, que ainda segue fortemente os padrões tradicionais de gênero. A partir da dimensão econômica, o Setor de Gênero do MST busca enfrentar essa dinâmica excludente e construir relações igualitárias entre homens e mulheres nos espaços e atividades de organização da produção, e as mulheres trabalhadoras Sem Terra se vêem compelidas a resistir à crise do capital, defendendo a pauta da RAP. Essa resistência aos valores da sociedade de classes mostra-se fundamental para o Setor de Gênero, pois:

as mulheres envolvidas na luta pela terra do MST apropriam-se do conceito de gênero (re)politizando-o, procurando (re)estabelecer os laços com as bases materiais. Lançam mão do conceito não para falar em mulher e/ou homem genérica(o), mas, como propõe Saffioti, para abordar relações sociais situadas historicamente. [...] Lutar pela igualdade entre os gêneros e, logo, derrubar a hierarquia de poder (dentro e fora do Movimento), implica combater a ordem econômica que se reproduz produzindo desigualdades (Gonçalves, 2009, p. 213).

Com essa repolitização das categorias de gênero, surgem reivindicações basilares como a importância do reconhecimento da produção feminina nos quintais, voltada principalmente para o auto-sustento das famílias e seguindo o modelo produtivo agroecológico. Outra pauta de luta é a inserção das mulheres nas instâncias de organização da produção nos assentamentos, visto que muitas vezes elas fazem parte da gestão das cooperativas, mas não atingem postos de tomada de decisão (Setor de Gênero, 2021). Uma

última reivindicação dessa dimensão se relaciona com os grupos produtivos e os coletivos protagonizados por mulheres, que precisam ser mais valorizados dentro dos assentamentos.

Já a dimensão subjetiva do Setor traz um ponto essencial para o Setor, ao compreender como a dominação capitalista, patriarcal e racista é sentida no cotidiano, com suas questões subjetivas. Assim, na realidade do campo brasileiro, as pessoas negras representam a maioria dos moradores de assentamentos e acampamentos, apresentando como um dos maiores desafios do MST na atualidade a verdadeira compreensão da relação entre a luta pela terra e a questão racial. Como explica uma entrevistada, a Organização só começou “a debater a questão racial bem tardiamente. Os negros e negras sempre estiveram conosco, vários sujeitos LGBTs e mulheres negras que tão desde o trabalho de base à ocupação e os assentamentos” (da Silva, 2024).

Portanto, a finalidade do Setor de Gênero é também compreender a complexidade racial que permeia as relações na sociedade brasileira, interligada com o sistema racista-patriarcal-capitalista. Assim, o projeto emancipatório do MST busca erradicar em nossa sociedade os ecos do colonialismo e do passado escravagista, que impactam drasticamente a vivência dos trabalhadores rurais precarizados (Setor de Gênero, 2021). Nesse sentido, articulando as categorias de raça, classe, sexo e poder, entende-se que a posição social principalmente das mulheres negras no Brasil é de inferioridade e subordinação. A superexploração social se alia à superexploração sexual, acarretando em uma vivência de desumanização e tratamentos degradantes. É uma dura realidade vivida por milhões de mulheres brasileiras, como apontado por Lélia González (2020):

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica - racial e/ou sexual - as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (González, 2020, p. 146).

A partir dessa análise, o Setor de Gênero traz um grande destaque para as formas de exploração distintas vividas pelas mulheres camponesas no Brasil, cuja exploração da força de trabalho é aprofundada pelo patriarcado e o racismo estrutural. Diante disso, essas mulheres se mostram resistentes ao sistema, ao se mobilizarem em torno da combinação de classe, raça e gênero com a luta pela terra. Todos esses esforços levam à construção do FCP,

uma perspectiva feminista popular, comprometida com a vivência das mulheres pobres e negras do campo, aliada à consciência de classe.

#### **4- PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS LGBTS NAS INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST**

O Movimento LGBT possui uma trajetória de luta marcada por conquistas e avanços, levantando a bandeira da igualdade social desde o começo do século XX. Seu grande marco histórico foi a revolta de *Stonewall*, que ocorreu em 1969 nos Estados Unidos, em meio ao contexto de rebeldia, contracultura e fortalecimento dos movimentos sociais por direitos civis. Esse foi um momento chave para as questões de sexualidade e identidade de gênero no mundo, levando à internacionalização dessas pautas, como ressaltado pelos materiais internos do MST:

Outro momento de expressão de lutas pela visibilidade LGBT vai ser protagonizado na América do Norte. Em 1969, em Nova York, explode uma rebelião de travestis, gays e lésbicas, que seria chamada de “revolta de Stonewall”, na qual durante uma semana protestaram e enfrentaram a força policial pelo direito de expressão e a liberdade de frequentar livremente os espaços sem serem reprimidos (Setor de Gênero, 2018, p. 15).

Em diversos países da América Latina, o Movimento LGBT surge em meio às reivindicações da esquerda radical, com experiências ligadas à luta anti-imperialista. Já no Brasil, o contexto político em que o Movimento surgiu foi o da Ditadura Empresarial Militar, nas décadas de 60 e 70. Esses foram os anos mais conturbados do regime, com governos de linha dura, autoritários e extremamente conservadores, em defesa da família patriarcal e da moral cristã, o que leva o país a “experimentar outras formas organizativas que debatem a visibilidade e os direitos civis” (Setor de Gênero, 2018, p. 15).

Em paralelo, outros movimentos sociais surgiram nesse período, sendo duramente reprimidos pelo governo ditatorial, como os movimentos estudantis, negro e feminista. De acordo com Facchini e Rodrigues (2018), esse contexto histórico exigia uma maior radicalidade da luta das minorias e grupos subalternos, uma vez que o autoritarismo e a repressão eram questões muito presentes no cenário político da época. Isso impactou também o Movimento LGBT, que se fortaleceu no Brasil em um ritmo mais lento, mas com um caráter contestatório e revolucionário.

Dessa forma, a partir da década de 1970 o movimento homossexual ganha maior visibilidade, a partir da “afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade” (Facchini e Rodrigues, 2018, p. 236). Foi então que foram criados os primeiros movimentos organizados em prol da liberdade sexual, inspirados pelo contexto internacional pós *Stonewall* e pela ascensão dos movimentos de direitos civis no contexto nacional. Em 1978, foram fundados o Grupo Somos de São Paulo e o Jornal Lampião da Esquina, de extrema importância para a articulação das primeiras iniciativas da pauta LGBT que estavam surgindo no país (Setor de Gênero, 2018).

O Grupo Somos foi o primeiro grupo brasileiro a tratar da homossexualidade como questão política, responsável pela organização das primeiras manifestações, debates e passeatas de repúdio à discriminação e LGBTfobia (Facchini e Rodrigues, 2018). Além disso, seu compromisso político era com o trabalho de base e formação, visando um projeto social emancipatório. Já o Lampião da Esquina foi uma rede de escritores e jornalistas ligados a sindicatos, partidos e grupos de esquerda radical, essencial como meio de comunicação subversivo, veiculando diversas das iniciativas levantadas pelo Somos (Setor de Gênero, 2018).

Essas organizações LGBT da época mantiveram o espírito antiautoritário, compreendendo o regime militar como o inimigo comum a ser combatido, visto que “os gays e lésbicas brasileiros estavam vivendo sob os mais repressivos anos da ditadura militar” (Mariano e Paz, 2018, p. 292). O discurso hegemônico no Movimento era de uma transformação mais ampla que atingisse múltiplas camadas da sociedade, “compreendendo a homossexualidade como estratégica para a transformação cultural, capaz de corroer uma estrutura social a partir das margens” (Facchini e Rodrigues, 2018, p. 237). Esse primeiro momento, porém, se encerrou antes mesmo da primeira metade dos anos 1980, com a pandemia de AIDS/HIV e a mudança drástica da situação política e social da população LGBT.

A pandemia exacerbou a estigmatização social e a discriminação, levando a uma redução significativa dos grupos e organizações voltados para o ativismo LGBT, além da desmobilização de inúmeras propostas de liberdade sexual. Ela também trouxe uma nova dimensão para a luta, com a alteração do foco de muitas lideranças, já que as poucas organizações remanescentes dos anos 1970 voltaram suas atenções para o enfrentamento da doença e as questões de saúde pública das pessoas LGBT (Setor de Gênero, 2018). Havia a necessidade nesse momento de fortalecer a luta pela sobrevivência, uma vez que o estigma

social era o de uma doença que afetava só as LGBTs, e uma geração de jovens ativistas foi erradicada. Como explica o material de formação do MST:

Durante o surto de HIV nos anos 80, as LGBTs voltam a ser vistas como as “portadoras da doença”; muitos discursos conservadores ganham força na sociedade e a AIDS passa a ser vista como o “câncer gay”. Este foi um momento em que foi necessário fortalecer mais a luta junto à sociedade, para garantir o direito à visibilidade e os direitos civis, desconstruindo a ideia de que o HIV atingia apenas às LGBTs. Muitas organizações pautaram a “saída do armário” e assumiram uma luta de caráter político, inclusive, junto às organizações da classe, como partidos e sindicatos. Muitas perdas são registradas durante os períodos de maiores surtos da AIDS, acabando por fragilizar as organizações (Setor de Gênero, 2018, p. 16).

Além disso, as mobilizações cada vez se envolviam menos com a concepção de transformação social ampla, focadas em uma ação mais pragmática. Colocando a causa homossexual e a sobrevivência de sua população como prioridades, o Movimento se voltou para a garantia de direitos civis e o combate à violência homofóbica. Esse era um modelo de atuação menos revolucionário e mais reformista, com menor resistência à institucionalidade.

Portanto, no contexto de surgimento do MST em 1984, o Movimento LGBT brasileiro se encontrava extremamente fragilizado e passava por um momento de redirecionamento político. Esse foi também um grave momento de polarização entre a esquerda política e a autonomia das bandeiras de lutas levantadas pelas LGBTs, por conta do afastamento entre o Movimento LGBT e o marxismo (Facchini e Rodrigues, 2018). É possível que isso explique a distância do Movimento Sem Terra com relação às pautas de liberdade sexual, por se tratar de uma organização que pensava um modelo específico de família no campo a partir de uma perspectiva heteronormativa. Uma das entrevistadas afirma que nesse momento a luta era “da família, uma família ainda que no nosso símbolo maior, na bandeira, tá estampado lá o homem e a mulher. E não são mulheres, não são homens, essa relação homoafetiva” (da Silva, 2024).

As LGBTs já militavam no MST durante esse período, e sua participação é muito mais antiga que o processo recente de auto-organização. Porém, por muito tempo a linha política do Movimento não incluiu nenhuma menção às pautas defendidas por esses sujeitos, abrindo brechas para o preconceito em acampamentos, assentamentos e demais territórios dos Sem Terra. Apesar disso, o MST é um movimento de massas, um espaço de acolhimento que forja os camponeses como agentes políticos e que possui uma dinâmica organizativa que possibilitou “que a militância LGBT pudesse se reconhecer enquanto sujeito, com capacidade de ação política para lutar por seus direitos, o que também inclui a dimensão da liberdade sexual” (Mariano e Paz, 2018, p. 295). Como sintetiza uma das entrevistadas:

Na história do Movimento nós tivemos grandes lideranças, tanto mulheres quanto homens, que eram LGBTs, mas eles exerciam um papel só de dirigentes do MST. Eles não tinham nenhum momento pra vivenciar a sua sexualidade e as suas formas de amar, porque não existia o debate. Era silenciado, ninguém tocava no assunto, era motivo de piada. Quando eu digo que nós não somos uma ilha, é porque essas coisas aconteceram. Então era piada, era chacota, até que um dia alguém diz: “Gente, cadê o respeito?”. Então, cadê o respeito a essas pessoas e à liberdade? Qual é o problema, vamos discutir? Então, tem que ter uma hora em que alguém bota as coisas na mesa. Assim, sempre teve no Movimento, não teve uma época que não tinha nas instâncias. Agora, o que acontecia era que essa dimensão da sua vida, da sua pessoa era isolada. Hoje não, hoje no Movimento as pessoas gostam de falar e não têm mais esse medo. E a nossa meninada, os mais jovens, se a gente faz uma noite de intervenção dos LGBTs, eles estão tudo lá com a bandeira da sexualidade. Isso é uma liberdade que o Movimento tem dado, das pessoas inclusive viverem os seus conteúdos de cada época, de se entenderem, de decidirem o que querem. Então só pra gente não romantizar, não foi simples, não foi fácil, mas foi necessário que a gente construísse esse debate. E não era um debate só dos LGBTs, era um debate que a organização como um todo fez (Pereira, 2024).

Esse processo ganhou forças a partir dos anos 2010, quando houve o crescimento das manifestações públicas em torno das pautas defendidas pelo Movimento LGBT, através da atuação por vias institucionais e do diálogo com o Estado. De acordo com Duarte e Santana (2018), sucessivas gestões progressistas do Partido dos Trabalhadores, a partir de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, facilitaram esse processo de cidadanização da homossexualidade, com inúmeras políticas públicas para essa população. Foi um momento de grande relevância para as lutas pelo direito de ser e amar, caracterizado por uma série de ações voltadas para a “incidência política, através das pautas dos direitos civis (como a criminalização da LGBTfobia, o casamento igualitário, o direito à adoção, etc.), políticas públicas e a visibilidade massiva” (Setor de Gênero, 2018, p. 17).

Conforme Facchini e Rodrigues (2018), os avanços foram significativos, com a consolidação de organizações e movimentos em todo o país, deixando para trás a concentração no eixo Rio de Janeiro/São Paulo e alcançando diversos estados, principalmente na região Nordeste. A identidade LGBT se fortaleceu no país, ocupando o espaço público com suas lutas e bandeiras e se estabelecendo no imaginário social. Assim, com a ascensão das discussões sobre a cidadania e a representação das pessoas LGBTs no cenário político brasileiro, o MST foi fortemente impactado pela demanda de participação efetiva desses sujeitos e passou a entender a importância de “defender e garantir os direitos desses sujeitos como um todo, o sujeito que está ali enquanto militante do MST e é um sujeito LGBT” (Mendonça, 2024).

Além da pressão externa a partir do crescimento do debate de sexualidade e identidade de gênero, também houve mudanças internas que motivaram a adoção de novas

sensibilidades, perspectivas e pautas pelo MST (Mariano e Paz, 2018). Em primeiro lugar, a base nos acampamentos e assentamentos se mostrava cada vez mais diversa, visto que há “sujeitos que estão nas coordenações de acampamentos e de coletivos, produzindo, mostrando e apresentando sua produção, se assentando” (Mendonça, 2024). Além disso, a presença das LGBTs nessa base leva ao questionamento do próprio conceito de família Sem Terra e a forma unilateral masculina como se deu a titularidade da terra por muitos anos, como afirma o entrevistado:

Nós temos sujeitos que estão sendo assentados, acampados. Porque o processo de acampamento é quando as pessoas ocupam a terra e têm todo esse processo de luta até conquistarem a desapropriação da área pra poder se tornar um assentamento. Os sujeitos estão presentes na área, então se tem uma família com certeza também terá o seu lote. Então eu vou citar como exemplo bem aqui no assentamento próximo nosso em Itapecuru, o Cristina Alves. Nós temos sujeitos LGBTs lá que moram juntos, têm casa e têm lote. Então a gente pauta isso buscando garantir o direito desses sujeitos também, porque são sujeitos como quaisquer outros, que estão compondo e fortalecendo a luta pela Reforma Agrária Popular. Então com certeza são sujeitos que precisam ter os seus direitos garantidos igual a qualquer outro militante, acampado ou assentado (Mendonça, 2024).

Esse processo fundamental resultou por quebrar a noção heteronormativa e patriarcal de família Sem Terra, composta pelo homem chefe de família, a mulher que o acompanha nas lutas e as crianças. Os debates sobre outras visões de família ganharam força ao longo dos anos, com a importância “do lote também estar no nome das pessoas que vivem juntas e que são LGBTs” (Pereira, 2024). Então, a questão da titularidade da terra é repensada por esses sujeitos e pelo todo da Organização, a partir das particularidades de suas vivências e da pauta de liberdade sexual e afetiva.

Em segundo lugar, o projeto político do MST foi alterado, com a ampliação da base social e mobilização dos diversos sujeitos que a compõem através da Reforma Agrária Popular (Setor de Gênero, 2021). O advento da RAP no horizonte de lutas traz os militantes como patrimônio do Movimento, em sua diversidade cultural, regional, étnica, religiosa, sexual e de gênero. Esse momento de maior consciência quanto à importância política das LGBTs Sem Terra é destacado pela entrevistada, que ressalta que:

O Coletivo LGBT nos sujeitos, a gente tá desde o corte de arame nesses 40 anos, só que a gente a priori não tinha essa necessidade de ter um espaço de estudo e de debate, a gente tava no cotidiano do Movimento. E trazer essa bandeira a gente acha necessário conjunturalmente nesse momento, porque não dá pra gente pensar um território livre de todas as fobias, um território de um plantio que é contra os agrotóxicos, um território que tem feito a solidariedade aí na pandemia e nas catástrofes climáticas com as marmitas solidárias, se a gente tiver relações adoçadas. Então o Coletivo LGBT tem tido esse fogo de monturo, aos poucos

fazendo esse estudo e debate dentro dos nossos territórios, acampamentos, assentamentos, Direção. E tem sido não uma bolha, dizer que tem sido algo tranquilo, mas dentro do conflito que a gente tem contra o capitalismo, entre nós a gente tem feito um estudo e temos avançado muito na nossa bandeira (da Silva, 2024).

Portanto, o projeto emancipatório pelo qual os Sem Terra se mobilizam considera a liberdade de ser e amar como fundamental para a vida social. O MST a partir da RAP assume como tarefa abordar essa diversidade, visando abarcar todos os sujeitos que até então não tinham espaço na militância para debaterem suas pautas.

#### **4.1- Momentos iniciais: seminário “O MST e a Diversidade Sexual” e a formulação da identidade LGBT Sem Terra**

Apesar do campo ser um espaço no qual ainda há muitos casos de violência, discriminação e pressão social contra as LGBTs, ele passa por um processo de transformação social, e esses sujeitos estão se organizando politicamente para a defesa de seus direitos em suas regiões. O caso do MST é emblemático nesse sentido, uma vez que desde 2013 as LGBTs que integram sua base social empreendem uma série de ações voltadas para a representação política dentro das instâncias do Movimento. Em paralelo, isso demonstra as relações da questão agrária com as mobilizações contra a LGBTfobia, além de acentuar a importância dessas pautas para a agricultura familiar e a Agroecologia, dentro do cenário amplo de lutas camponesas contra o Agronegócio e pela democratização da terra. Uma das entrevistadas explicou sobre a importância da luta interna das LGBTs por representação no MST, enfatizando a particularidade da vivência desses sujeitos no campo:

Porque ser sujeito LGBT do campo não é tão difícil quanto na cidade, é muito complexo afirmar isso. Mas um sujeito LGBT camponês traz outras amarras mesmo da cultura, o menino que é do sertão e que é criado pra ser o vaqueiro, a menina que tá no campo pra ter o seu companheiro, seus filhos e se manter ali. E no aumento da violência que chega ao campo, também tem tido um aumento da violência aos sujeitos LGBTs e feminicídios, a gente tem um número que tá gritando aí (da Silva, 2024).

Para além disso, no bojo da luta política desses sujeitos, foi forjada a identidade LGBT Sem Terra, apresentando como desafio primordial “construir a luta pela liberdade sexual aliada à superação do sistema capitalista-racista-patriarcal” (Mariano e Paz, 2018, p. 290). Mesmo diante das inúmeras contradições sociais, as instâncias de representação política do Movimento começaram a dar centralidade ao “processo de auto-organização dos sujeitos

LGBT, com uma força impressionante, provocando a pensar sobre a concepção de gênero e sexualidade, e como o mesmo patriarcado é opressivo e hierarquizador também com as LGBT” (Setor de Gênero, 2021, p. 10).

Assim, esse processo de auto-organização começa a ganhar forças a partir da implementação do Setor de Gênero em 2003 e da repolitização do gênero enquanto pauta de debate. Foi um momento que impulsionou outras lutas políticas dentro do MST, quando as LGBTs conseguiram uma possibilidade futura de maior de inserção na sua organicidade. O novo direcionamento aumentou as discussões sobre a totalidade de sujeitos que integram a construção da luta pela terra, e a afetividade, a identidade de gênero e a sexualidade passaram a ser incorporadas pelo Movimento. Essa perspectiva é essencial, por compreender que:

O processo revolucionário que estamos colocando em curso é forjado por sujeitos, que também se forjam nele, para isso é imprescindível que façamos avançar nossa formação cultural, política e social e que ela se expresse não só na nossa práxis militante, mas também na esfera pública, na vida privada e nas relações humanas em geral. Sabendo que tais questões não são limites apenas de nossa base social, mas que estão presentes também nos espaços de militância e de direção, nós temos que refletir sobre como superar estas práticas com o conjunto de nossa Organização, em todas as atividades de formação, em todos os espaços (Setor de Gênero, 2021, p. 43).

Com isso, as iniciativas a nível estadual ou regional aos poucos foram socializadas com o conjunto da organização, e a pauta da orientação sexual e da identidade de gênero ganhou visibilidade. A primeira dessa série de ações foi a mobilização conjunta do Movimento LGBT e do Movimento Sem Terra em Brasília, no dia 15 de maio de 2013. Esse momento teve uma importância ímpar para a história das duas organizações, um avanço no enfrentamento às estruturas opressivas do capital como um todo.

A representação simbólica desse dia também foi marcante, uma vez que tanto a bandeira vermelha dos Sem Terra quanto a bandeira do arco-íris tremularam juntas, mostrando que as pautas poderiam coexistir. Já em 2014, no VI Congresso Nacional do MST, as LGBTs tiveram uma presença marcante, trazendo visibilidade à sua luta e mostrando que a Organização precisava reconhecer a existência de LGBTs na sua base social e na militância política.

Não era mais possível ignorar os debates sobre sexualidade e gênero e a existência das LGBTs Sem Terra, cuja identidade política como sujeito coletivo estava se formando aos poucos em meio à luta pela terra. De acordo com a página do MST (2016), esses militantes demonstraram no VI Congresso a força de suas vozes, ao apontarem o caráter articulado da Reforma Agrária com a liberdade sexual e afetiva. Além disso, seu pertencimento à base

social do Movimento se solidificou, agregando diversidade à luta dos Sem Terra. Como explica a entrevistada:

Esse momento foi histórico porque na mística de abertura, que foi organizada pelo Centro-Oeste, surgiu a primeira bandeira LGBT numa mística, no mastro, tremulando ali. E eu não vou lembrar agora se foi no meio de uma poesia ou se foi numa canção, mas ela tava ali. A gente tem fotos desse momento. Ela tava numa bandeira padrão nacional, aquela bandeira que não é tão grande, mas dentro de um ginásio que a gente tava em 12 mil pessoas, foi um negócio gigante (da Silva, 2024).

FIGURA 6 - Foto do VI Congresso Nacional do MST, com destaque às bandeiras do arco-íris e dos Sem Terra.



FONTE: Página do MST (2014).

Foi então que houve o grande marco desse processo de auto-organização, quando foi realizado o Primeiro Seminário “O MST e a diversidade sexual”, em agosto de 2015. Esse evento aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema-SP, e foi o “início formal da auto-organização das LGBTs no MST, lançando a identidade LGBT Sem Terra” (Mariano e Paz, 2018, p. 298). A partir desse momento, as LGBTs Sem Terra formularam uma leitura nacional sobre a diversidade sexual e de gênero dentro do MST, e aumentaram a pressão para que fossem adotadas diretrizes específicas sobre como tratar essas temáticas. Sobre essa iniciativa, a entrevistada afirma que:

O Seminário vem como um marco porque a gente já atinge ali 14 estados, que mandam ali sujeitos LGBTs a nível nacional, e que eram pessoas que estavam em vários Setores do Movimento e direções, inclusive eu, que sou uma militante que vem da Educação, sou pedagoga de formação. E aí eu chego na Escola Nacional para o Seminário, e quem me conhecia antes aí disse: “Nossa, Flávia, tu tá aqui na Escola. Tu veio pra alguma atividade da Educação? Eu nem sabia que a Educação estaria por aqui.”. E eu disse: “Não, eu vim pro Seminário LGBT.”. “Ah, tu vai assessorar algum tema da Educação dentro do Seminário, a questão das relações humanas?”. E eu disse: “Não, eu vim pro Seminário enquanto sujeito LGBT.”.

Ficava aquele silêncio. “Tu é LGBT?”. E eu: “Sou LGBT, sou uma mulher lésbica e tô vindo pro Primeiro Seminário pra gente construir conceitos, acolhimento e ver aí os desafios que a gente vai ter posterior ao Seminário pro MST.”. Então, igual eu tiveram outros né, a gente teve 14 estados que vieram, nós tivemos Setores do Movimento que vieram e que levaram o Seminário pra dentro das suas organicidades. E a partir desse Seminário a gente se fortalece até os dias atuais, então ele foi muito importante por isso, porque ele impulsionou pra gente não voltar pros armários (da Silva, 2024).

A leitura dos militantes ali reunidos foi sistematizada em um Documento Final, cuja análise principal é que a temática da diversidade sexual e do processo de auto-organização das LGBTs dentro do MST “só tem sentido se estiver vinculada ao projeto da Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo” (Setor de Gênero, 2018, p. 35). O documento mostrou como a pauta LGBT, que começava a se organizar no interior do Movimento, já estava articulada com o projeto da RAP e a emancipação social, uma vez que as LGBTs Sem Terra integravam a base social do Movimento. Além disso, ele destacou a dimensão coletiva das lutas, ao ressaltar que não só os sujeitos LGBTs precisavam defender a liberdade sexual e afetiva, mas sim o conjunto da Organização.

FIGURA 7 - Foto do Primeiro Seminário “O MST e a diversidade sexual” na ENFF.



FONTE: Página do MST (2015).

Portanto, o MST como um todo deveria abraçar essa causa, incentivando o protagonismo desses sujeitos, organizando ações de formação e campanhas contra a violência. É então que é criado o Grupo de Estudos LGBT Sem Terra, a partir da preocupação com a formação política e a conscientização, acompanhando as ações planejadas e organizando novas atividades (Mariano e Paz, 2018). Em constante parceria com o Setor de

Gênero, esse grupo foi responsável pelas primeiras iniciativas de visibilidade para a identidade LGBT Sem Terra que estava se formando.

Segundo a Página do MST (2020), o entendimento das militantes LGBTs do MST era de que ainda havia um longo caminho a ser percorrido no interior da Organização, e a tomada de consciência sobre as questões de sexualidade e identidade de gênero precisava se estabelecer de forma vagarosa. Como destaca uma das entrevistadas, esse deveria ser o “caminho normal, você se fortalece e depois você se consolida. Porque no Movimento, e eu acho que é assim com quase tudo, você termina primeiro fazendo acontecer pra depois ganhar essa expressão maior” (Pereira, 2024).

Portanto, naquele momento não foi apresentada a demanda imediata de criação de um Coletivo LGBT, uma vez que ainda era preciso construir ações e mobilizar sujeitos antes de se aventurar em uma possível instância dentro da organicidade do Movimento. Houve um cuidado para não atropelar as etapas do processo de auto-organização e nem artificializar a construção do Coletivo que estava por vir. Muitos militantes envolvidos nessa etapa inicial da luta das LGBTs por representação tinham experiência em outros Setores como o da Saúde, da Educação e da Formação, além do Coletivo da Juventude. A grande maioria deles conhecia as questões da organicidade e como seria a melhor maneira de inserir-se nela, como a entrevistada explica:

Então, lá no começo o sujeito LGBT tava mais ligado a dois Setores. É a Juventude, que na sua maioria, não só lá como hoje também, é onde a gente tem uma vivência maior, nas escolas, no próprio Coletivo de Juventude. A gente tava muito ligado também ao Setor de Educação do Movimento, porque uma boa parte dos sujeitos LGBTs vinham das escolas, professores, gestão. Então, a ciranda infantil, que é um espaço que o MST organiza e que hoje não é só mais do MST, tem outras organizações que organizam a ciranda, pra que a mulher possa participar da luta, das reuniões, do processo, vem com a sua criança e ela fica na ciranda infantil. Na maioria das vezes, os educadores infantis eram LGBTs, meninas e meninos que tavam ali pra receber as crianças, fortalecer nos símbolos, na cantoria, em oficinas, e tavam por ali. E outro espaço também que a gente tava era nas místicas<sup>5</sup>, nas celebrações, naqueles momentos de a gente preparar as festas, a gente tava ali com aquele corpo com possibilidades de outras linguagens: da poesia, da música, do teatro, da dança. Então, os sujeitos LGBTs estavam por ali. São dois lugares que eram mais presentes, não é que a gente não tava ocupando terra, que a gente não tava na produção e na articulação política, mas um lugar desse início antes desse Coletivo organizado era aí que a gente estava, na Juventude e na Educação (da Silva, 2024).

A partir daí, essa experiência serviu para a organização de diversas ações pelo Grupo de Estudos, tanto nos estados quanto nas atividades nacionais do Movimento, visando

---

<sup>5</sup> As místicas são celebrações de caráter simbólico organizadas em diversas atividades do MST, cujas origens remontam à antiga parceria com a Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra.

estreitar os laços entre as pautas da liberdade sexual e afetiva e a luta pela RAP. A relevância dessas causas começou a crescer através de rodas de conversa, falas e intervenções nos encontros estaduais, sugestões de temas de conscientização e a projeção de militantes para espaços de visibilidade e para cursos de formação (Mariano e Paz, 2018). Assim, o percurso para a estruturação dos sujeitos LGBTs na organicidade do MST começou a ser traçado, com as reivindicações por inclusão das suas particularidades de luta na linha política seguida pelo Movimento.

Até aquele momento, “não havia uma linha política clara sobre a forma de tratar a orientação sexual e a identidade de gênero na organização” (Mariano e Paz, 2018, p. 294), não nomeando o problema do preconceito. Dessa forma, por mais que o MST ao longo de seus 40 anos de história tenha sido um movimento de massas que buscou abarcar a família camponesa como um todo, as LGBTs foram negligenciadas pelo seu projeto político. Ignorar completamente a liberdade sexual e afetiva e a discriminação que a permeia permitia inúmeras possibilidades sobre como tratá-las, como por exemplo:

relatos que passam por não aceitar LGBTs em alguns acampamentos, coagir militantes a não publicizar sua orientação sexual sob o risco de serem expulsas das instâncias, ou mesmo perseguidas e, ainda, diversas situações de violência nas suas variadas expressões (Mariano e Paz, 2018, p. 294).

Segundo uma entrevistada, a importância de tornar-se linha política teve um sentido maior “porque os estados necessitaram de se reorganizar pra ter o sujeito no seu espaço de direção, porque não era suficiente só ter a liderança a nível nacional” (da Silva, 2024). Com isso, no dia 29 de janeiro de 2016, houve a reunião da Coordenação Nacional, em que a significativa parcela de militantes LGBTs, já contemplada pela linha política, buscou socializar com o conjunto do MST os primeiros passos dados no seu processo de auto-organização. A reunião ocorreu no mesmo dia em que se celebra nacionalmente a visibilidade das pessoas transexuais/transgêneras e travestis, que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social e de lutas cotidianas por reconhecimento.

Conforme Connell (2016) esses sujeitos passam por um processo de corporificação contraditória, em que a especificidade da transgeneridade se encontra no nível da prática social. A intransigência de gênero experimentada principalmente pelas mulheres trans e pelas travestis<sup>6</sup> se relaciona com o corpo e a imagem que ele transmite para a sociedade, visto que elas passam por um processo de transição entre locais na ordem de gênero, desde o momento

---

<sup>6</sup> *Travesti* é uma identidade latino-americana distinta da *mulher transgênera*, e que ao longo dos séculos XX e XXI foi ressignificada pelos movimentos sociais e passou a ter um cunho político significativo.

em que são definidas como homens/meninos até o momento de assumirem a posição social como mulheres/meninas. Os corpos então se tornam cenário de mudanças e conflitos, uma vez que a corporificação traz a alternância de expressões masculinas e femininas (Connell, 2016; Butler, 2019).

Reconhecendo a multiplicidade das experiências relacionadas ao gênero, a autora afirma que não há nada de especial ou único no surgimento de contradições a partir da corporificação generificada<sup>7</sup>. Porém, quando se trata de corpos não normativos, esse processo incomoda a sociedade, gera reações conturbadas e até mesmo é visto como “escandaloso”. A forma e o âmbito das experiências trans com relação à transição e à corporificação chocam, por colocarem em cheque os velhos hábitos de gênero entendidos como naturais e fornecerem “evidências essenciais acerca de como as categorias de gênero são sustentadas por práticas diárias de discursos, estilos de interação e divisões do trabalho” (Connell, 2016, p. 229).

FIGURA 8 - Manchete da matéria com Dê Silva na página do MST sobre o dia da visibilidade trans.

**“Sou uma mulher trans, Sem Terra, pedagoga e comprometida com a luta pela Reforma Agrária”**

O dia 29 de janeiro é marcado como o Dia da Visibilidade Trans e tem o objetivo de ressaltar a importância da diversidade e o respeito para o Movimento Trans em todo país.

**Notícias**

29 de janeiro de 2016

FONTE: Página do MST (2016).

Esses processos de transicionalidade entre locais na ordem de gênero e corporificação contraditória levantados por Connell (2016) estão inexoravelmente articulados com a vulnerabilização social que as mulheres trans e travestis enfrentam. Elas passam uma imagem

<sup>7</sup> Corporificação generificada é o processo em que as práticas corporais são moldadas pelos papéis sociais de gênero e atos estilizados.

corporal ambígua e desestabilizam os papéis associados aos homens e às mulheres, embaralhando as noções hegemônicas sobre gênero e sexualidade. Por isso, muitas são empurradas para as margens da sociedade, como enfatiza Efrem Filho (2018):

suas vivências das relações de gênero e de sexualidade estão, de regra, intensamente marcadas pelo trabalho sexual na prostituição de rua. Estão, dessa maneira, tramadas em relações de classe e racialização características aos mencionados setores mais precarizados da classe trabalhadora. Elas morrem enquanto trabalham, enquanto exercitam aquilo de que elas vivem, num espaço público noturno, somente ambigualmente público, portanto, cujas zonas de somreamento costumam impedir o reconhecimento da vítima, sua legibilidade (Efrem Filho, 2018, p. 202).

Logo, a militância LGBT Sem Terra aproveitou a data da visibilidade trans como uma oportunidade para levantar a bandeira de luta desses sujeitos invisibilizados na reunião da Coordenação Nacional em 2016. Lá, as militantes LGBTs Sem Terra organizaram uma roda de conversa sobre o orgulho trans e uma campanha fotográfica intitulada “MST contra a transfobia”. Também foi lançada na página da Internet do MST uma matéria sobre a visibilidade trans, entrevistando a militante Dê Silva (ver figura 8) e destacando sua história de vida como mulher transgênera, Sem Terra e pedagoga.

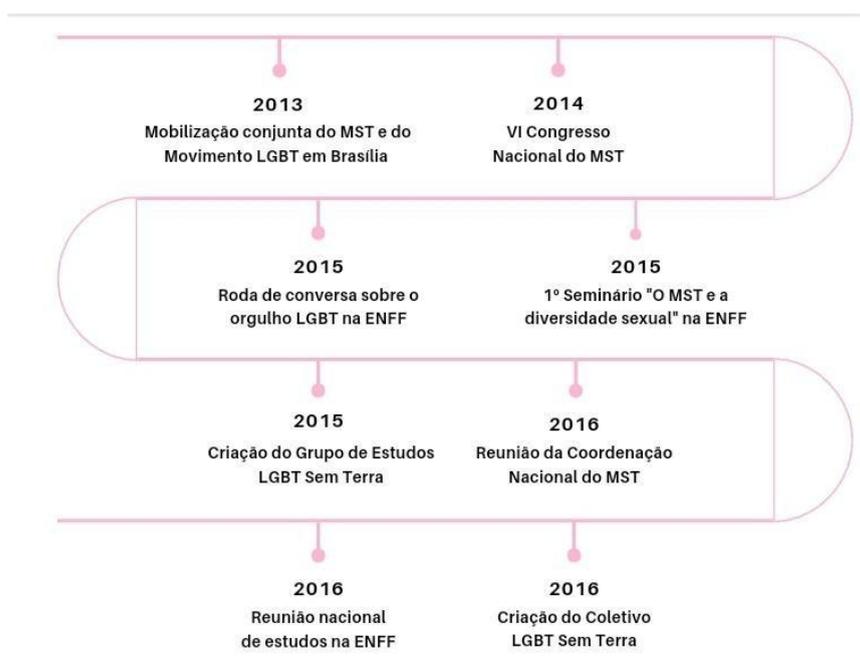
Segundo Dê, o MST enquanto organização de massa focada na luta pela terra surge liderado por homens heterossexuais e defendendo um modelo de família patriarcal (Página do MST, 2016). Nesse sentido, os preconceitos que existem no resto da sociedade são reproduzidos no interior do Movimento, transformando as instâncias de representação em um campo de disputa. No contexto dessas disputas por representação, Dê citou a RAP como um projeto político que dá protagonismo para os sujeitos de luta pela liberdade sexual e afetiva. Era um momento muito inicial do processo de auto-organização desse grupo no MST, mas havia muitas LGBTs presentes “desde a base do Movimento, nos assentamentos e acampamentos, até os setores que compõem a organicidade, como a educação e frente de massa” (Página do MST, 2016).

Nessa reunião da Coordenação Nacional em 2016, houve também uma alteração das normas gerais do MST, incluindo uma referência às questões de diversidade sexual e de gênero e colocando como tarefa do Movimento o combate à LGBTfobia. Essa medida foi essencial, por não mais relegar as LGBTs a um papel secundário na luta pela terra, reconhecendo-as como integrantes da base social do Movimento, na diversidade de sujeitos que constroem de maneira colaborativa o projeto da RAP (Setor de Gênero, 2018). Ademais, a alteração nas normas gerais criou condições para a inserção das LGBTs na organicidade do MST, nos espaços organizativos e nas instâncias de representação.

#### 4.2- Criação do Coletivo LGBT Sem Terra e suas dimensões de atuação

A partir daí, no mesmo ano, foi constituído o Coletivo LGBT Sem Terra, atuante na luta pela Reforma Agrária Popular e contra as discriminações sexuais e de gênero. Ele foi criado na reunião da Direção Nacional do MST, em novembro de 2016, que contou também com um momento de formação política e conscientização sobre essas temáticas. Nesse ponto, a militância LGBT Sem Terra compreendeu que já era possível dar o próximo passo no seu processo de auto-organização e esforços por representação política, uma vez que a Organização estava se abrindo a novas sensibilidades e dando espaço para os sujeitos em toda a sua diversidade se colocarem como protagonistas da luta pela terra.

FIGURA 9 - Linha do tempo da auto-organização das LGBTs no MST, destacando as instâncias.



FONTE: Elaborada pela autora (2024).

Assim, uma das primeiras ações do Coletivo LGBT Sem Terra foi a sistematização, em parceria com o Setor de Gênero, do caderno de Formação nº 5, intitulado “Diversidade Sexual no MST - elementos para o debate”. Esse caderno “documenta um debate coletivo e socializa uma formulação própria e coerente com a orientação política do Movimento” (Mariano e Paz, 2018, p. 303) com o propósito de servir como instrumento de formação e de trabalho de base. Em janeiro de 2017, na reunião da Coordenação Nacional do MST, o

caderno foi lançado para o todo da organização, propagando as pautas relacionadas às questões de sexualidade e de gênero.

Trata-se de um material interno cujo argumento central é a riqueza do MST, enquanto um movimento de massas, em sua diversidade cultural, regional e de sujeitos de luta. Logo, há uma necessidade de entender quem são esses sujeitos, abarcar suas vivências e criar espaços seguros para que eles levantem suas bandeiras e pautas específicas, dentro das questões mais amplas da terra. A temática da sexualidade e da identidade de gênero também entra nessa reflexão, uma vez que o processo de auto-organização da militância LGBT é de extrema relevância para o projeto emancipatório da RAP.

Além disso, ao retomar a trajetória histórica do Movimento Sem Terra, o caderno dá destaque para a luta por direitos sociais para a classe trabalhadora e grupos subalternos do campo. O MST esteve envolvido desde o começo na luta por um mundo mais justo, mas sua sensibilidade para as questões da diversidade na classe trabalhadora teve um aumento significativo com o surgimento da RAP. É um projeto que defende a construção de uma nova sociedade e novos sujeitos, para que o MST consiga “conformar um sujeito político que explicita contradições e, ao mesmo tempo, se coloca em movimento para superá-las” (Mariano e Paz, 2018, p. 304) e relações humanas emancipadas sejam reproduzidas. Como afirma uma entrevistada:

No princípio do MST a bandeira principal é a luta pela terra, e a bandeira principal pra todos os setores e coletivos do MST. E hoje a gente tem esse destaque maior que não é uma Reforma Agrária clássica, como alguns países já conquistaram, a gente quer uma Reforma Agrária Popular que é construída pelos sujeitos. E aí é pelo sem terrinha, pela juventude, pela mulher, pelo negro/negra, pela pessoa com deficiência, aí alarga esses sujeitos. E nessa construção desse projeto é necessário ter todos os sujeitos pra poder ter uma vivacidade, ter na sua essência que pra luta pela terra não seria necessário apenas cultivar a terra, mas a gente necessita de outros direitos. Necessita ter a escola, ter o posto de saúde, ter uma casa digna, ter a nossa liberdade sexual dentro da nossa comunidade, ter o nosso alimento livre de agrotóxico. Então, o que a gente tem construído dentro das nossas comunidades e dentro do nosso processo de Direção, que é coletiva, é esse estudo que é a partir do que a gente vem acumulando enquanto sujeito organizado e orgânico, e tendo outros pra inspiração (da Silva, 2024).

Essas relações emancipadas pressupõem que todos tenham a liberdade para ser e amar, inclusive aqueles sujeitos sociais que desafiam os padrões normativos de gênero e sexualidade. Com isso, as pautas da diversidade e da liberdade sexual também integram o projeto societário do MST, ao emanciparem aqueles que até então se viam submetidos às imposições do patriarcado heterossexista. Por isso, uma das principais tarefas do Movimento

Sem Terra na atualidade é defender essa diversidade e os sujeitos que a compõem, propondo o debate desde a base até as Direções, a partir da formação política (Setor de Gênero, 2018).

FIGURA 10 - Ilustração do material de formação “Diversidade Sexual no MST” (2018).



FONTE: Setor Nacional de Gênero (2018).

Outra tarefa do Movimento apontada pelo caderno é a de repensar a forma de viver em comunidade nos seus acampamentos e assentamentos, propondo novas relações sociais que respeitem a diversidade. Além disso, entendendo a identidade Sem Terra como sujeito coletivo, a Organização precisa abraçar as particularidades da expressão dessa identidade pelos indivíduos. Esse debate deve ser feito no trabalho de base, pois se mostra essencial “debater a temática do gênero, da classe e da diversidade sexual com nossa base social, militância e instâncias, sem dissociá-los dos objetivos do MST” (Setor de Gênero, 2018, p. 25).

Porém, somente a elaboração e o lançamento do caderno de formação não seriam o bastante para gerar a visibilidade que o Coletivo LGBT Sem Terra e seus integrantes buscavam naquele momento. As discussões sobre a diversidade que o caderno trazia precisavam ser enraizadas no MST, levadas para o interior do Movimento por formadores

comprometidos com o trabalho de base (Mariano e Paz, 2018). Portanto, o Coletivo organizou o “1º Curso de Formação Política para LGBTs Sem Terra”, entre 29 de junho e 3 de julho de 2017, para atender essa demanda e incentivar o debate sobre as temáticas na base e na militância Sem Terra. Esse curso tentou atingir um dos objetivos centrais do Coletivo, de permear a luta pela liberdade sexual e afetiva para o interior da Organização, como explicita o entrevistado:

A gente dentro do Coletivo LGBT Sem Terra tem desenvolvido várias atividades e vários cursos de formação política debatendo a pauta da sexualidade e do gênero. A intenção é sempre levar para além da gente, para além do Coletivo, fazer o debate sobre isso dentro dos outros Setores para que eles também possam se apropriar da pauta, inclusive como forma de ir diminuindo as questões de preconceito, homofobia, LGBTfobia no geral. Então a gente tá fazendo esse debate nos outros Setores nesse sentido mesmo, vamos debater e unir forças. Seja no Setor de Produção, nós estamos lá enquanto sujeitos LGBTs e contribuindo na tarefa, aí nós também levamos nossa pauta justamente para que possam se apropriar da diversidade (Mendonça, 2024).

Outra iniciativa relevante do Coletivo LGBT do MST se deu em 2020, com o lançamento do documentário “LGBTs Sem Terra: o amor faz revolução”. Esse documentário contou com a participação de militantes do Coletivo de vários estados do país, se tratando de uma “demanda do próprio Coletivo no intuito de mostrar os avanços do Movimento em relação a essa questão” (Página do MST, 2020). Seu início se dá com uma montagem da música “Não Recomendado”, do cantor Caio Prado, cuja letra denuncia a posição de vulnerabilidade dos sujeitos fora da normatividade na sociedade conservadora brasileira.

O documentário explica como a bandeira de luta levantada pelas LGBTs Sem Terra não é só de enfrentamento contra o Agronegócio, mas também contra o sistema patriarcal e a invisibilização das diferentes formas de ser e amar. Aliando “imagens e depoimentos em tempo histórico” (da Silva, 2024), pensa-se a necessidade de enraizar esse debate no interior do Movimento, para possibilitar a construção de relações sociais mais justas e igualitárias. Dessa forma, Maysa Matias, integrante do Coletivo LGBT Sem Terra no estado de Minas Gerais e umas das participantes do documentário, afirma que:

Quando você dá um passo à frente, de entender que é necessário que eu assumo essa identidade política, pra que outras companheiras, outros companheiros LGBTs também enxerguem a possibilidade de: “Sim, eu posso vivenciar a minha sexualidade, porque fulano também vivencia a sexualidade dele”, a gente dá um passo além. E a gente dá um passo também no sentido do enfrentamento às estruturas políticas, do enfrentamento a uma lógica que tá dada. E que não assumindo e silenciando, voltando pra dentro do armário, digamos assim, não é possível fazer um enfrentamento cotidiano. A gente vai vivenciando as violências e as opressões, mas a gente não se coloca e isso gera uma série de outros problemas

que vão influenciar diretamente até no destino da vida de muitos LGBTs (MST, 2020).

Na trajetória histórica das LGBTs no MST, também houve a organização de diversas campanhas contra as violências sofridas por mulheres e demais sujeitos que não se enquadram na heteronormatividade. Os entrevistados apontaram essa questão como o maior desafio do Coletivo LGBT na atualidade, visto que “se a gente não se mobilizar e não fizer campanhas contra isso, a tendência é que a violência só aumente” (Mendonça, 2024). Segundo Efrem Filho (2018), esse tipo de iniciativa levantada pelo Coletivo opera sob a mesma lógica do Movimento LGBT brasileiro como um todo, ao fazer “um esforço de explicação do gênero e da sexualidade como motivos da violência” (Efrem Filho, 2018, p. 193).

As reivindicações desse Movimento, ao reconhecerem a existência da transfobia ou da homofobia como chave de inteligibilidade para os episódios de violência, evocam o que o autor chama de uma “imagem de brutalidade” (Efrem Filho, 2018). Muitas vítimas de LGBTfobia estão distantes do estereótipo da “vítima perfeita”, por representarem um sujeito desviante de determinados padrões morais impostos pelo patriarcado heterossexista, que “não se adequa às expectativas morais de ‘passividade’ e de ‘fragilidade’, por exemplo” (Efrem Filho, 2018, p. 193). Então, para provar a irrefutável LGBTfobia nos episódios de violência, o Movimento LGBT em diversas ocasiões apontou o excesso inexplicável e a brutalidade cometidos contra seus corpos. É como explica a entrevistada, ao destacar a importância das campanhas contra a violência LGBTfóbica:

Os números, principalmente no Brasil, só aumentam os assassinatos de pessoas LGBTs. E é um assassinato com requintes de crueldade, um assassinato que os familiares não conseguem e não tem o direito de velar o seu parente em uma cerimônia de caixão aberto. Porque a LGBTfobia tira os nossos órgãos, arranca o nosso coração, apedreja os nossos corpos, corta os nossos membros pra que ali não esteja mais um corpo (da Silva, 2024).

Assim, o Coletivo se insere na luta histórica do Movimento LGBT contra a violência e as discriminações, que apontam como imorais as distintas formas de ser e amar na sociedade. Para além dos acampamentos, assentamentos, Direções e demais instâncias da organicidade do MST, as iniciativas recentes do Coletivo LGBT Sem Terra buscaram transformar o modelo de sociedade e emancipar as LGBTs de um modo geral.

#### **4.3- A história conjunta do Setor de Gênero do MST com o Coletivo LGBT Sem Terra**

As inúmeras iniciativas do Coletivo LGBT Sem Terra ao longo dos seus quase 10 anos de história demonstram a duradoura parceria com o Setor de Gênero. As mulheres tiveram um processo de auto-organização muito anterior no MST, e ao questionarem a hegemonia masculina no interior da Organização, abriram portas para que outros questionamentos fossem feitos e debates construídos. Como destacado por uma entrevistada, ao falar sobre o momento inicial do processo de auto-organização das LGBTs e o acolhimento dado pelo Setor de Gênero:

Na verdade, no início o Coletivo LGBT se organizou a partir desse acolhimento que o Setor de Gênero fez. Ou seja, tava dentro do Setor de Gênero essa pauta LGBT, mas era uma bandeira tão forte, uma pauta tão potente, que a gente passou a fazer o debate de que o MST poderia ter um Coletivo LGBT. Então hoje o MST já tem o Coletivo LGBT, que faz suas formações, sistematizações, pesquisas e estudos. E também tá nesse dia a dia no Movimento como sujeito que dá opinião, que constrói, que participa e que dirige. Isso pra nós foi muito importante, mas hoje o próprio Coletivo tem uma autonomia, digamos assim. Mas a gente não perde esse elo, a gente sempre diz que o Setor de Mulheres e o Coletivo LGBT têm um elo forte ali na sua ligação (Pereira, 2024).

Assim, a luta contra a misoginia andou lado a lado com a luta contra a LGBTfobia, a partir do momento em que o Setor de Gênero acolheu militantes LGBTs Sem Terra e impulsionou o seu processo de busca por representação nas instâncias organizativas do MST (Mariano e Paz, 2018). Esses militantes já desenvolviam diversas atividades dentro do Setor, mas perceberam que seria necessário buscar sua autonomia e construir um espaço na organicidade em que as especificidades da luta pela liberdade sexual e afetiva pudessem ser discutidas. Uma entrevistada explica esse processo, afirmando que “a gente saiu dentro dessa organicidade do Setor de Gênero porque teve um momento que não coube mais. Não coube mais as mulheres LBTs<sup>8</sup> estarem ali dentro do Setor de Gênero” (da Silva, 2024).

Essa independência com relação ao Setor foi construída gradativamente, até a consolidação do Coletivo LGBT Sem Terra, mas mantendo a conexão com essa instância de representação anterior que abrigou mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais/transgêneras. Segundo o entrevistado, o Setor de Gênero por muito tempo foi importante por servir de inspiração para a construção de um espaço de fala para esses sujeitos conseguirem se organizar e debater. A parceria política com o Setor foi mantida na história do Coletivo, pois o entrevistado acrescenta que:

---

<sup>8</sup> A entrevistada se refere apenas às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais/transgêneras, deixando de lado o G (gays) da sigla LGBT e os homens no geral.

O Setor de Gênero já foi uma conquista muito grande pras mulheres terem vez e voz dentro do MST. Então a conquista delas foi um pontapé inicial para que a gente pudesse avançar nessa pauta de que a gente precisaria ter um espaço no Movimento que de fato nos representasse. O Setor de Gênero contribuiu sim para a consolidação do nosso Coletivo, tanto que as nossas primeiras atividades do Coletivo foram realizadas a partir de recursos que vinham para o Setor de Gênero. Então elas dividiam pras atividades delas mas deixavam um tanto para que a gente também pudesse fazer as nossas, até que a gente conseguir ter mão e perna pra poder buscar os nossos próprios meios (Mendonça, 2024).

Dessa forma, os grupos que conformam tanto o Setor de Gênero quanto o Coletivo LGBT travaram um enfrentamento contra a mesma estrutura opressiva, o patriarcado heterossexista e suas imposições de modelos ideais de masculinidade e feminilidade. O patriarcado, como definido por Bell Hooks (2022), é o sexismo institucionalizado, um sistema hierarquizado e determinista em que os homens dominam, exploram e oprimem as mulheres. Nesse sentido, seus reflexos na organização social levam à naturalização dos padrões de comportamento feminino e masculino, justificados pelo sexo, e à determinação da heterossexualidade como única forma legítima de se relacionar sexual e afetivamente (Butler, 2019; Connell, 2016).

Assim, o sistema capitalista, que preconiza o poder de classes, reforça a violência e a intolerância e se apropria de elementos como o patriarcado, o racismo e a LGBTfobia para garantir sua reprodução. Esse é um contexto extremamente conturbado, em que “assumir uma identidade de gênero e uma orientação sexual diferentes daquelas impostas pela sociedade capitalista é um ato político, na medida em que confronta a ordem social estabelecida” (Setor de Gênero, 2018, p. 12). Logo, o sistema racista-patriarcal-capitalista é marcado pela exclusão sistemática da diversidade, impactando a vivência não só das mulheres, como também de todos aqueles que não se encaixam nas determinações do binário normativo.

O senso comum corrobora com a afirmação errônea de que não existem LGBTs no campo, um discurso padrão com objetivo de disciplinar os corpos e reforçar a invisibilidade desses grupos sociais. Por outro lado, muitos camponeses incorporam a ideologia dominante de gênero ao seu modo de vida, ao defenderem uma concepção de virilidade do trabalhador rural homem. Como sintetiza o Caderno de Formação nº 5 (2018):

A LGBTfobia no campo se fortalece pela opressão, construindo uma ideia de que o meio rural é “lugar de mulher séria e homem trabalhador” e de que as atividades camponesas são atribuídas ao “macho” do campo, “homem que não chora”, que tem “sangue no olho”, é rude, o “galo do terreiro”, o grande patriarca. Numa realidade como essa, a LGBTfobia, assim como o machismo, se afirmam como parte da cultura, que se mistura com o “jeito de ser e crer do camponês” quando se associa a uma religiosidade reacionária e conservadora (Setor de Gênero, 2018, p. 20).

Essas práticas sociais exemplares dos homens, definidas por Raewyn Connell (2016) como um modelo de masculinidade hegemônica, decorrem das particularidades históricas coloniais e da reestruturação do patriarcado. Desse modo, os impactos do sistema de capitalismo global nas sociedades pós-coloniais são drásticos, moldando as formas de expressão dos corpos e reafirmando a dominação masculina. Tanto os empreendimentos coloniais quanto os pós-coloniais trouxeram consequências corrosivas para os países da periferia global, em que as categorias de gênero se impuseram aos modelos de organização e às práticas locais. Segundo a autora, as pesquisas históricas a respeito dos regimes de gênero no Sul Global demonstram que:

o Imperialismo não teve somente impacto nas ordens de gênero de sociedades colonizadas. O Imperialismo foi necessariamente um processo generificado; masculinidades específicas e relações de gênero específicas foram inscritas no projeto da colonização em si. A construção de impérios mundo afora não pode ser vista como anterior à produção dos efeitos de gênero. O gênero estava embutido e foi formativo nessa construção inicial de um espaço transnacional e transregional (Connell, 2016, p. 168).

Assim, a ideia de masculinidade exemplar do campo, que condena e reprime a existência daqueles que não se enquadram no padrão cis-heterossexual, é uma consequência das relações materiais do Capital. A autora destaca ainda que “o Colonialismo tende a exagerar as hierarquias de gênero e a produzir masculinidades simplificadas e direcionadas pelo poder entre os colonizadores” (Connell, 2016, p. 172). Nesse modelo de masculinidade presente, os homens das classes subalternas lutam por reconhecimento e posições de poder em uma cultura que os oprime, naturalizando os estereótipos de gênero e sexualidade impostos pela cultura dominante. Essa configuração leva à institucionalização da LGBTfobia, uma vez que as práticas de exclusão são reproduzidas nas relações sociais dentro das organizações e dos movimentos por cidadania.

Com isso, a trajetória histórica das LGBTs e das mulheres nos seus processos de auto-organização demonstra como essas causas não são separadas, mas se cruzam e se perfazem dentro das relações sociais. As perspectivas de um grupo contribuíram muito para o confronto travado pelo outro, e o debate sobre as temáticas de diversidade sexual e de gênero não avançaria sem a parceria e a luta conjunta (Efreim Filho, 2018). Tanto as mulheres quanto as LGBTs Sem Terra identificaram o inimigo comum a ser combatido, que impacta negativamente a vivência cotidiana e acarreta no processo de vulnerabilização social dos sujeitos.

Assim, o processo paulatino de luta que levou à construção do Setor de Gênero deixou inúmeros ensinamentos para as LGBTs, que estavam travando uma luta parecida no interior do MST. Como apontam Mariano e Paz (2018), uma das lições é que a força coletiva é essencial em qualquer projeto de representação política, pois faz avançar as discussões e fortalece a construção de espaços auto-organizados. Porém, essa organização colaborativa em prol de uma mesma causa gera incômodos dentro do Movimento, por escancarar as relações desiguais de poder, as tensões e os conflitos internos.

## **5- CONCLUSÃO**

A partir dos conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa, foi possível observar os grandes desafios enfrentados pelas mulheres e pessoas LGBTs trabalhadoras em suas lutas sociais, uma vez que conquistar espaços nas estruturas estatais e institucionais não representa uma superação das desigualdades. Essas lutas buscam a emancipação, principalmente através do acesso às políticas públicas que melhorem as condições de vida da classe trabalhadora, principalmente no contexto rural. Isso evidencia a trajetória de avanços e retrocessos que os movimentos sociais enfrentam no país, e como a luta não pode estagnar mesmo diante da conquista de direitos e políticas públicas.

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em seu cotidiano são inúmeras, e suas vivências são influenciadas por diversos marcadores identitários como a sexualidade, o gênero e a raça/etnia. No campo, essa realidade é ainda mais drástica, uma vez que as condições de trabalho precarizadas, a desigualdade social e a exploração da natureza são extremas. Além disso, o modelo de virilidade e masculinidade normativas do trabalhador rural é o que se sobressai, apagando outras formas de vivenciar a sexualidade e o gênero nesse espaço.

As mulheres do campo muitas vezes são submetidas ao trabalho doméstico, afetivo e de cuidados, garantindo a reprodução social de toda a sua família mas sem receberem o reconhecimento devido. É esperado que elas cumpram o papel da dona de casa exemplar, devotada aos filhos e ao marido, por conta da imposição social dos papéis de gênero. Já as LGBTs sofrem outras particularidades no campo, uma vez que o imaginário social traz a noção errônea de que elas não estão presentes nesse espaço. Assim, lidam diariamente com a invisibilização e o silenciamento de suas vozes, além de diversas formas de violência.

Diante dessa lógica, o MST representou uma força política ao reafirmar seu compromisso com um projeto emancipatório do campesinato, o da Reforma Agrária Popular.

Por meio da RAP, a Organização trava um enfrentamento ferrenho ao Agronegócio e às inúmeras formas de violência e discriminação. Além disso, esse projeto político atual defendido pelo MST abraça a diversidade dos sujeitos de luta, reafirmando as mulheres e as LGBTs Sem Terra como parte integrante de sua base social.

Nesse sentido, esses dois grupos sociais empreenderam uma luta interna por representação na organicidade do MST, para construir espaços em que as suas especificidades pudessem ser debatidas concomitantemente à pauta da terra. As mulheres Sem Terra foram as primeiras a construir instâncias políticas dentro da Organização, pois estavam presentes desde o Primeiro Congresso Nacional levantando a questão da misoginia no campo. Por isso, ao longo de quase 30 anos, o seu processo de auto-organização acarretou na adoção de uma perspectiva feminista pelo MST, na implementação da paridade de gênero nas reuniões, atividades e Direções e na construção do Setor de Gênero, em 2003.

Esse Setor trouxe inúmeras discussões importantes sobre a questão de gênero, ampliando a pauta e não mais focando apenas nas “coisas de mulher”. Ademais, ele serviu de propulsor para que outras conquistas ocorressem, como foi o caso da luta das LGBTs Sem Terra. Desde 2013, no mesmo contexto em que o Movimento LGBT como um todo estava se fortalecendo no cenário político brasileiro e no debate público, esses sujeitos iniciaram seu processo de construção de um espaço auto-organizado no interior do MST.

Ao realizarem Seminários, ações de formação política, elaboração de cadernos e outras atividades, as LGBTs Sem Terra foram montando um cenário favorável à criação de um Coletivo LGBT. Em 2016, após a alteração da linha política do MST e a tardia inclusão das questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, o Coletivo LGBT Sem Terra foi criado. Essa instância foi construída muito após a consolidação do Setor de Gênero e manteve uma parceria e diversas ações conjuntas com ele, baseado no entendimento de que as mulheres e as LGBTs enfrentam um inimigo comum: o patriarcado heterossexista.

Os discursos hegemônicos de gênero e sexualidade, que disciplinam os corpos desses sujeitos sociais estigmatizados e fortalecem o seu processo de vulnerabilização, se refletem dentro do MST. A Organização, como muitos entrevistados destacaram durante a realização da pesquisa, não é uma “bolha” separada das problemáticas presentes no resto da sociedade. Por isso, os processos históricos de luta das mulheres e LGBTs Sem Terra trouxe à tona as contradições internas, os conflitos e as desigualdades das relações de poder presentes no interior do Movimento.

Dessa forma, a elaboração e a realização das entrevistas temáticas de história oral se mostraram essenciais para a pesquisa, por representarem uma perspectiva singular sobre a

trajetória histórica de construção do Setor de Gênero e do Coletivo LGBT Sem Terra. Os entrevistados apontaram questões que não estavam presentes nas fontes oficiais do Movimento, e trouxeram testemunhos diretos dos eventos analisados ao longo do trabalho. Com isso, a utilização dessa metodologia não apenas preencheu lacunas nas documentações estudadas, mas também deu voz aos sujeitos invisibilizados que integram a base e a organicidade do MST.

Em suma, a análise da bibliografia de referência sobre a história do MST e as questões de gênero, além das entrevistas realizadas, mostrou uma trajetória de conquistas quanto à inclusão feminina e LGBT nas instâncias organizativas do Movimento. As iniciativas estudadas nesse processo representam inúmeros avanços rumo à participação democrática e efetiva desses sujeitos sociais nos espaços decisórios do MST. Esse esforço contínuo por uma plataforma de luta contra o patriarcado e LGBTfobia, aliada à questão da terra, é o papel protagonista que os grupos desempenham mesmo em meio a tantas violências sofridas.

Houve inúmeros avanços no debate sobre o papel da mulher e das LGBTs na luta pela RAP, que não ocorreram através de meras concessões, mas foram fruto de um esforço colaborativo dos próprios sujeitos dentro do MST. No contexto nacional, esses grupos sociais enfrentaram anos de lutas e são os grandes responsáveis por esse imenso salto para o debate sobre o gênero e a diversidade sexual, expandindo as reflexões em torno da organicidade Sem Terra. Já no contexto internacional, o MST aprendeu com a experiência de trabalhadoras rurais da periferia do mundo, e se inseriu nas discussões globais sobre o papel das mulheres e das LGBTs nos movimentos sociais do campo.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Orais

DA SILVA, Flávia Tereza. **Entrevista**. Entrevistadores: Daiane Luiza S. Oliveira; Isaac Giribet Bernat. São Luís-MA, 27 de julho de 2024.

MENDONÇA, Carlos Magno Sousa. **Entrevista**. Entrevistadora: Daiane Luiza S. Oliveira. São Luís-MA, 2 de maio de 2024.

PEREIRA, Simone Silva. **Entrevista**. Entrevistadores: Daiane Luiza S. Oliveira; Isaac Giribet Bernat. São Luís-MA, 26 de abril de 2024.

PINHEIRO, Maria Inez Pereira. **Entrevista**. Entrevistadora: Daiane Luiza S. Oliveira. São Luís-MA, 9 de julho de 2024.

## Bibliografia

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino e Pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação, **Direito e Práxis**, vol. 07, n.13, Rio de Janeiro, 2016, p. 389-413.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão da Feira**, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Editora da Unesp, 2009. p. 27 – 71.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Editora da Unesp, 2009. p. 287 – 330.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONSOLE, Luciana. Trajetória do Coletivo LGBT Sem Terra é retratada em documentário do MST. **Página do MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/13/trajetoria-do-coletivo-lgbt-sem-terra-e-retratada-em-documentario-do-mst/>. Acesso em: 19 de julho de 2024.

DAVIS, Angela. Classe e raça no início da campanha das mulheres. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 57-78.

DAVIS, Angela. O significado da emancipação para as mulheres negras. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 95-106.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12-23.

DUARTE, Evandro Piza; SANTANA, Leonardo da Silva. O movimento LGBT e a luta pelo Estado laico no Brasil. In: NOGUEIRA, Leonardo et al (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 263-287.

EFREM FILHO, Roberto. Safira: violência, gênero e sexualidade. In: NOGUEIRA, Leonardo et al (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 187-208.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do Movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo et al (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 263-287.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 42-62.

FEDERICI, Sílvia. Mulheres, lutas por terra e globalização: uma perspectiva internacional (2004). In: FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 277-302.

FEDERICI, Sílvia. Feminismo e a política do comum em uma era de acumulação primitiva (2010). In: FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 303-323.

FEDERICI, Sílvia. Sobre o trabalho afetivo (2011). In: FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 324-353.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

GONÇALVES, R. (Re)politicando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198–216, 2009.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 18 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. As mulheres no censo agropecuário 2017. **Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung**, 2021.

LOPES, Jailma; LIMA, Wesley. “Sou uma mulher trans, Sem Terra, pedagoga e comprometida com a luta pela Reforma Agrária”. **Página do MST**, 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/01/29/sou-uma-mulher-trans-sem-terra-pedagoga-e-comprometida-com-a-luta-pela-reforma-agraria/>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: Primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, Leonardo et al (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289-313.

MARTINS, Adalberto; NUNES, Débora; GASPARIN, Geraldo. Reforma Agrária Popular. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: EEP/EPSJV, 2021.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **LGBT Sem Terra: o amor faz revolução**. 2020. (12m02s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **MST – Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980**. Marília: Lutas anticapital, 2020.

SANTOS, I. A. F.; PICOLOTTO, E. L. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra. **Norus**, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 232-268, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-81.

SEIBERT, Iridiani Graciele; GUEDES, Lizandra; MAFORT, Kelli. Feminismo camponês e popular. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: EEP/EPSJV, 2021.

SETOR NACIONAL DE GÊNERO. **Diversidade sexual no MST, elementos para o debate**. Caderno de Formação n° 05, 2 ed. São Paulo: MST, 2018.

SETOR NACIONAL DE GÊNERO. **A conspiração dos gêneros, elementos para o trabalho de base**. Caderno de Formação n° 06, 2 ed. São Paulo: MST, 2021.

SILVA, Maura. Sou gay, sou lésbica, sou trans, sou bi, sou Sem Terra, sou humano, sou como você. **Página do MST**, 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/08/11/sou-gay-sou-lesbica-sou-trans-sou-bi-sou-sem-terra-sou-human-o-sou-como-voce/>. Acesso em: 28 de julho de 2024.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TAVARES, Joana. Sem Terra LGBT lutam por uma sociedade sem preconceitos. **Página do MST**, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/02/19/sem-terra-lgbt-lutam-por-uma-sociedade-sem-preconceitos/>. Acesso em: 28 de julho de 2024.

ZELIC, Marcelo. Hemeroteca Luta pela Terra. **Armazém Memória**. Disponível em: <http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReaderMobile.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=13250>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

## APÊNDICE A

### Entrevistas - bloco geral

1. Na atualidade, dentro das bandeiras de luta levantadas pelo MST, qual a importância da articulação entre a luta de terras e o combate à misoginia e LGBTfobia?
2. De que forma o MST entende o papel que as mulheres e as LGBTs desempenham nas lutas pela e na terra?
3. Esse entendimento era diferente nos primeiros anos do Movimento?
4. Qual a relação dessas questões com o projeto emancipatório defendido pelo MST atualmente, de Reforma Agrária Popular?
5. Como o MST age para que em seus acampamentos e assentamentos sejam respeitadas todas as formas de ser e amar?

### Entrevistas - bloco específico: mulheres Sem Terra

1. Qual era o papel das mulheres no começo do Movimento? Elas estavam presentes em seu primeiro Congresso Nacional?
2. Houve incentivos do MST para que os debates levantados pelas mulheres Sem Terra fossem tratados em movimentos autônomos, como o MMTR?
3. Como se deu o processo de criação da Comissão Nacional das Mulheres, em 1986?
4. Após a extinção da Comissão, em 1989, não se seguiu nenhuma forma de representação das mulheres nas instâncias políticas do Movimento até 1995. Por que isso ocorreu?
5. Até o ano de 1994, apenas 3 mulheres chegaram à Direção Nacional do MST. De que forma essas dificuldades de acesso das mulheres aos cargos na Direção Nacional mudaram?
6. Qual a importância da mudança de foco das pautas específicas das mulheres para o debate mais amplo do gênero?
7. Com a criação do Coletivo Nacional de Gênero, em 1999, houve a adoção de uma perspectiva feminista pelo Movimento Sem Terra. Como se deu esse processo? Houve tensões?
8. Qual a importância política da criação do Setor de Gênero para as mulheres Sem Terra?

### **Entrevistas - bloco específico: LGBTs Sem Terra**

1. Como se dava a participação das LGBTs no MST antes da sua auto-organização nas instâncias de representação política? Houve alguma influência do Setor de Gênero nesse processo?
2. Como foi a presença LGBT no VI Congresso Nacional do MST, em 2014?
3. Por que a realização do Primeiro Seminário “O MST e a diversidade sexual”, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), é considerada um marco para a auto-organização das LGBTs Sem Terra?
4. Como se deu a criação do Grupo de Estudos LGBT Sem Terra, voltado para a formação política de militantes?
5. A partir de 2016, o MST adotou uma linha política clara no que diz respeito à orientação sexual e identidade de gênero. O que isso mudou na vivência de LGBTs em acampamentos, assentamentos e outros espaços do Movimento?
6. Qual a importância da criação do Coletivo LGBT Sem Terra, em 2016?
7. Quais ações o Coletivo toma atualmente para garantir a liberdade sexual e afetiva no MST?
8. Como se dá a relação do Coletivo LGBT com o Setor de Gênero atualmente?

